

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019



  
**ecorodovias**  
GRUPO

Ajudando o **Brasil** a chegar ao **Futuro**

[www.ecorodovias.com.br](http://www.ecorodovias.com.br)





**Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Ativo Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	8	15.275	141.953	1.856.248	2.650.489
Aplicações financeiras	9	1.470	-	105.678	-
Aplicações financeiras - conta reserva	10	-	-	56.614	61.521
Clientes	11	-	-	164.749	138.338
Tributos a recuperar	-	2.855	25.258	80.242	100.757
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	-	137.778	-	-	-
Despesas antecipadas	-	506	239	12.070	8.112
Partes relacionadas	20	1.105	29.708	-	186
Ativos mantidos para venda	7.b)	-	74.443	-	80.502
Outros créditos - Venda participação	7.a)	13.008	13.215	13.008	13.215
Outros créditos	-	3.228	158	38.431	35.405
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>175.225</b>	<b>284.974</b>	<b>2.327.040</b>	<b>3.088.525</b>
<b>Não Circulante</b>					
Aplicações financeiras - conta reserva	10	-	-	50.302	15.809
Tributos diferidos	16.a)	-	-	421.425	367.380
Depósitos judiciais	12	2.525	2.448	206.010	189.732
Partes relacionadas	20	5.176	42.029	-	-
Despesas antecipadas	-	-	-	10.302	13.713
Acordo de Leniência	7.a)	61.050	69.848	61.049	69.848
Outros créditos	-	1.725	21.325	26.731	27.818
Investimentos:					
Em controladas e coligadas	13.a)	1.484.498	1.419.268	250	1.105
Ágio	13.c)	359.216	370.806	-	-
Imobilizado	14	1.984	2.526	545.424	523.532
Intangível	15	63	157	7.893.920	5.723.473
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.916.237</b>	<b>1.928.407</b>	<b>9.215.413</b>	<b>6.932.410</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>2.091.462</b>	<b>2.213.381</b>	<b>11.542.453</b>	<b>10.020.935</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico diluído por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Receita Líquida</b>					
Custo dos serviços prestados	27	-	-	3.952.889	3.169.267
<b>Lucro Bruto</b>					
	28	-	-	(2.449.007)	(1.780.016)
<b>Receitas (Despesas) Operacionais</b>					
Despesas gerais e administrativas	28	(77.217)	(39.329)	(301.213)	(219.173)
Resultado de equivalência patrimonial	13.a)	78.629	544.076	10	34
Amortização do ágio sobre investimento	13.a)	(11.590)	(11.590)	-	-
Acordo de Leniência	24.c)	(74.577)	-	(469.050)	-
Outras receitas (despesas), líquidas		671	630	62.067	14.192
<b>Lucro/(Prejuízo) Operacional Antes do Resultado Financeiro</b>		<b>(84.084)</b>	<b>493.787</b>	<b>795.696</b>	<b>1.184.304</b>
<b>Resultado Financeiro</b>					
Receitas financeiras	29	11.570	15.539	187.495	206.951
Despesas financeiras	29	(112.766)	(116.169)	(887.567)	(667.695)
		(101.196)	(100.630)	(700.072)	(460.744)
		(185.280)	393.157	95.624	723.560
<b>Lucro/(Prejuízo) Operacional Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>					
Correntes	16.b)	-	(142)	(331.133)	(327.910)
Diferidos	16.b)	-	-	50.229	4.990
		-	(142)	(280.904)	(322.920)
		(185.280)	393.015	(185.280)	400.640
<b>Lucro/(Prejuízo) do Exercício das Operações Continuadas</b>					
<b>Prejuízo do Exercício Resultante das Operações Descontinuadas</b>					
<b>Lucro Líquido/(Prejuízo) do Exercício</b>					
	7.b)	(180)	(18.505)	(180)	(18.505)
		(185.460)	374.510	(185.460)	382.135
<b>Atribuível A:</b>					
Participação dos acionistas controladores		(185.460)	374.510	(185.460)	374.510
Participação dos acionistas não controladores		-	-	-	7.625
		(185.460)	374.510	(185.460)	382.135
<b>Lucro/(Prejuízo) Por Ação - Operações Continuadas e Descontinuadas</b>					
Básico - lucro/(prejuízo) do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	30	-	-	(0,33)	0,67
Diluído - lucro/(prejuízo) do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	30	-	-	(0,33)	0,67
<b>Lucro/(Prejuízo) Por Ação Originado das Operações Continuadas</b>					
Básico - lucro/(prejuízo) do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	30	-	-	(0,33)	0,72
Diluído - lucro/(prejuízo) do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	30	-	-	(0,33)	0,71

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Lucro Líquido/(Prejuízo) do Exercício</b>					
		(185.460)	374.510	(185.460)	382.135
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>					
		-	-	-	-
<b>Resultado Abrangente Total do Exercício</b>		<b>(185.460)</b>	<b>374.510</b>	<b>(185.460)</b>	<b>382.135</b>
<b>Atribuível A:</b>					
Acionista controladores		-	-	(185.460)	374.510
Acionistas não controladores		-	-	-	7.625

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração do Fluxo de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>					
Lucro Líquido/(Prejuízo) do exercício das operações continuadas		(185.280)	393.015	(185.280)	400.640
Operações descontinuadas líquido de caixa		(180)	(120.993)	(180)	(120.993)
Ativos e Passivos indenizados das operações descontinuadas		-	3.494	-	3.494
Ajustes para reconciliar o lucro líquido/(prejuízo) (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações		587	664	567.505	433.569
Amortização de ágio		11.590	11.590	-	-
Reserva de Capital - Prêmio de opções		492	-	492	-
Prêmio de opção com base em ações		-	143	-	234
Prêmio de opção com base em ações - acionistas não controladores		-	-	-	4
Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível		255	-	5.481	8.494
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos		81.203	13.377	704.596	576.354
Variação monetária com Poder Concedente		-	-	120.378	(50)
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias		-	-	24.534	4.068
Atualização monetária de provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias		-	-	10.419	8.513
Provisão para manutenção e provisão para construção de obras		-	-	200.873	143.014
Atualização monetária da provisão para manutenção e provisão para construção de obras		-	-	39.072	31.329
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD		-	-	(4.812)	(4.668)
Resultado de equivalência patrimonial e juros sobre capital próprio recebidos		(78.629)	(544.076)	(10)	(34)
Atualização monetária dos depósitos judiciais		(73)	(149)	(7.882)	(3.252)
Atualização monetária aquisição participação		-	-	5.056	1.730
Tributos diferidos		-	-	(50.229)	(4.990)
Juros ativos sobre venda participação Elog		(4.933)	-	(4.933)	-
Juros de mútuos ativos		(2.900)	(3.939)	-	-
Juros de mútuos passivos		10.535	31.332	-	-
Juros Cessão de dívida		18.810	82.739	-	-
Provisão Acordo de Leniência		74.577	-	469.050	-
Atualização Monetária Acordo de Leniência		577	-	6.610	-
Capitalização de juros		-	-	(56.247)	(27.680)
Obrigações com Poder Concedente		-	-	68.217	61.183
Provisão para imposto de renda e contribuição social		-	142	331.133	327.910
<b>Variação nos ativos operacionais:</b>					
Clientes		-	-	(13.057)	8.601
Partes relacionadas - clientes		28.603	(27.793)	11.288	-
Tributos a recuperar		22.403	1.918	21.429	(45.071)
Despesas antecipadas		(267)	(217)	1.054	(47)
Depósitos judiciais		(4)	-	(6.958)	1.990

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**

(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Atribuível aos acionistas da Companhia						Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas	Patrimônio líquido consolidado
		Reservas de lucros		Dividendos adicionais propostos	Prejuízo acumulado	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Patrimônio líquido consolidado		
		Legal	Reservas de capital, Opções Outorgadas e Ações em tesouraria						
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>									
Orçamento de capital		-	27.446	-	-	-	658.623	756.570	
Opções de ações outorgadas reconhecidas		-	-	-	-	-	-	-	
Aquisição de participação de acionistas não controladores		-	-	235	-	-	235	238	
Dividendos distribuídos (R\$0,72 por ação)		-	-	8.777	-	-	8.777	(94.643)	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	(242.862)	(158.964)	(401.826)	(403.981)	
Destinação do lucro:									
Reserva legal	26.c)	-	-	18.725	-	(18.725)	-	-	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>									
Ações em tesouraria - exercício plano de opções de ações		-	360.900	36.458	46.140	196.821	640.319	640.319	
Prejuízo do exercício		-	-	492	-	-	492	492	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>									
			360.900	36.950	46.140	196.821	455.351	455.351	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e de 2018**

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Informações Gerais**

A EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("EcoRodovias", "EcoRodovias Infraestrutura", "Companhia" ou "EIL") é uma sociedade por ações, listada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3". A Companhia tem por objeto social operar ativos de concessão rodoviária, portuária, de logística e empresas prestadoras de serviços relacionadas às atividades-fim. O portfólio atual da EcoRodovias inclui nove concessões rodoviárias, uma plataforma logística (Ecopólio Cubatão) e um ativo portuário (Ecoporto) em sete estados, localizados nos principais corredores comerciais das regiões Sul e Sudeste. A sede da Companhia fica localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1.510 - conjuntos 31 e 32, no município de São Paulo - SP. As controladas diretas e indiretas da Companhia ("Grupo EcoRodovias") estão sumarizadas na Nota Explicativa nº 13. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta capital circulante líquido consolidado negativo no montante de R\$1.681.279 (ativo circulante de R\$2.327.040 e passivo circulante consolidado de R\$4.008.319), principalmente decorrente de debêntures de curto prazo. A Administração avaliou a capacidade de liquidação das obrigações de curto prazo da Companhia, e concluiu sobre a capacidade de continuidade operacional em função da geração de caixa prevista para os próximos 12 meses, renegociação de dívidas e alongamento do prazo para pagamento. A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 18 de fevereiro de 2020.

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Passivo e Patrimônio Líquido Circulante</b>					
Fornecedores		635	2.832	97.773	100.708
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	97.105	81.029
Debêntures	18	1.419.332	2.183	3.190.642	1.417.300
Arrendamentos a pagar	19	-	-	7.291	-
Impostos, taxas e contribuições a recolher		450	26.301	48.684	64.704
Obrigações sociais e trabalhistas		7.904	10.339	77.382	65.572
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS		-	-	775	778
Partes relacionadas	20	-	174.000	31.228	19.881
Obrigações com Poder Concedente	23	-	-	18.064	10.608
Provisão para imposto de renda e contribuição social	16.c)	-	-	13.382	45.091
Provisão para manutenção	21	-	-	147.328	79.074
Provisão para construção de obras futuras	22	-	-	36.495	71.844
Passivos de ativos mantidos para venda	7.b)	-	-	-	6.059
Acordo de Leniência	24.c)	15.467	-	195.326	-
Outras contas a pagar - Aquisição de empresas		-	-	10.445	-
Outras contas a pagar		2.510	2.506	36.399	45.813
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>1.446.298</b>	<b>218.161</b>	<b>4.008.319</b>	<b>2.008.458</b>
<b>Não Circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	1.285.185	564.712
Debêntures	18	148.266	516.207	4.093.406	5.445.468
Arrendamentos a pagar					



## Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de pagamento baseadas em ações que estão inseridas no escopo da IFRS 2 (CPC 10 (R1)), ou valor em uso na IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. **2.2. Base de consolidação e investimentos em controladas:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem o controle obtido por uma Companhia estiver exposta, tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida, que correspondem na Companhia como coligada e operação em conjunto ou *joint venture*. Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas. Operação em conjunto (ou *Joint Venture*) é um negócio em conjunto por meio do qual as partes integrantes que tenham controle conjunto sobre o acordo têm direitos aos ativos líquidos da *joint venture*. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente convencionado de um controle, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exige o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Os investimentos da Companhia em sua coligada e na *joint venture* são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras das coligadas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitas ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia. A seguir estão apresentadas as participações nas controladas e controladas em conjunto (ou *joint venture*), sendo todas as empresas domiciliadas no Brasil:

	31/12/2019	31/12/2018	Objetivos principais
<b>Controladas diretas:</b>			
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	100%	100%	Participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além da prestação de serviços administrativos, financeiros, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.
EIL01 Participações Ltda.	100%	100%	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
Ecoporto Santos S.A.	100%	100%	Operações portuárias, manuseio e a armazenagem de cargas de importação e exportação no Porto de Santos.
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	100%	100%	Manuseio e armazenagem de cargas de importação e exportação sob controle aduaneiro.
ELG-01 Participações Ltda.	100%	100%	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
EIL04 S.A.	100%	100%	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
EIL02 S.A. (100% até setembro de 2018)	-	100%	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
EIL03 S.A.	100%	100%	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel	100%	100%	Em fase pré-operacional, tendo como objetivo futuro a exploração sob regime de concessão do sistema rodoviário Ponte Rodoanel Norte.
<b>Controlada em conjunto (Joint Venture):</b>			
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	20%	20%	Exploração do Contorno Metropolitano Norte da Região Metropolitana do município de Belo Horizonte em Minas Gerais.
<b>Controladas indiretas: via Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.</b>			
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	100%	100%	Exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes.
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	100%	100%	Opera mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão.
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	100%	100%	Exploração sob o regime de concessão do Lote 006 Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	100%	100%	Exploração sob o regime de concessão do Lote 003 Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecossil (90% até fevereiro/2018)	100%	100%	Exploração sob o regime de concessão, de determinados trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas.
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (58% até agosto/2018)	100%	100%	Exploração de concessão da rodovia BR-101 ES/BA.
Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. Ecoponte	100%	100%	Exploração da concessão da rodovia BR-101/RJ - Trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entr. RJ-071 (Linha Vermelha) "Ponte Rio-Niterói".
Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.	100%	-	Exploração sob regime de concessão do Lote de rodovias do Estado de Minas Gerais.
EIL02 S.A. (a partir de outubro/2018)	100%	-	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
Concessionária de Rodovias Minas Gerais Góias S.A. Eco050	100%	-	Exploração de Concessão da rodovia BR-050 MG/GO.
Concessionária Ecovias do Cerrado S.A.	100%	-	Exploração de Concessão da rodovia BR 364/365 MG/GO.

Em 28 de setembro de 2018, a Companhia, transferiu a totalidade das ações detidas do capital social da EIL02 S.A. para sua controlada direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., por meio de alienação, da totalidade de suas 3.300 (três mil e trezentas) ações, representativas de 100% do capital social da EIL02 pelo valor de R\$2.045,38 (dois mil e quarenta e cinco reais e trinta e oito centavos). **2.3 Contratos de Concessão:** Abaixo estão apresentados os principais contratos de concessão da Companhia, por entidade: I) Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.: Explora o Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, e é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km) e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6). O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigorará até junho de 2026. II) Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas: Explora o conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna-Carvalho Pinto, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, com 143,5 km de extensão. O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigorará até junho de 2039. III) Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.: Explora 136,7 km constituídos por: (a) Rodovia BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) Rodovia PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) Rodovia PR-407, trecho desde a BR-277 até Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia BR-277, km 60,5. O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigorará até novembro de 2021. IV) Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas: Explora o trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, no Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no mesmo Estado. O prazo de duração do contrato de concessão é de 24 anos. O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigorará até novembro de 2021. V) Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecossil: Explora pelo regime de concessão denominado Polo Rodoviário de Pelotas, as seguintes rodovias e trechos: BR-116, trecho entre as cidades de Pelotas e Camaquã, em uma extensão de 123,4 km; BR-116, trecho entre as cidades de Pelotas e Jaguarão, em uma extensão de 137,1 km; BR-392, trecho entre as cidades de Pelotas e Rio Grande, em uma extensão de 68,4 km; BR-392, trecho entre as cidades de Pelotas e Santana da Boa Vista, em uma extensão de 128,4 km. O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigorará até março de 2026. VI) ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.: Explora pelo regime de concessão Rodovia Federal BR-101/ES/BA entre a BA-698 (acesso à Mucuri-BA) até a divisa ES/RJ. A concessão, pelo prazo de 25 anos (a partir da data de assinatura e transferência dos bens ocorrida em 10 de maio de 2013) consiste na exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da Rodovia Federal BR101/ES/BA entre a BA-698 (acesso à Mucuri-BA) até a divisa ES/RJ, sendo remunerada mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita acessória. O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigorará até maio de 2038. VII) Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. Ecoponte: Explora pelo regime de concessão a Infraestrutura e a prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e conservação e implantação de melhorias do sistema rodoviário, mediante a cobrança de tarifa de pedágio, no prazo de 30 anos, a contar de 1º de junho de 2015, da BR-101/RJ: Trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entr. RJ-071 (Linha Vermelha). O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigorará até junho de 2045. VIII) Ecoporto Santos S.A.: O Contrato de Arrendamento PRES nº 028/1998 ("Contrato") celebrado entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo ("CODESP") e o Ecoporto Santos S.A. ("Ecoporto Santos") tem vigência pelo prazo determinado de 25 anos, com encerramento previsto para junho de 2023. Até o momento foram celebrados 5 termos de aditamento ao Contrato, sem alteração da vigência inicialmente estabelecida. No entanto, a cláusula 16º do Contrato prevê a possibilidade de prorrogação de sua vigência por igual período (25 anos), observada a regulamentação setorial. Com o advento do novo marco regulatório do setor, o Poder Concedente passou a ser o Ministério da Infraestrutura, sendo a Agência Nacional dos Transportes Aquaviários ("ANTAQ") responsável pela fiscalização e regulação. O Ecoporto Santos tempestivamente solicitou a prorrogação antecipada da vigência do Contrato, instruindo o processo com os documentos pertinentes. Em 19 de dezembro de 2019 foi publicada a Resolução nº 7549 da ANTAQ que tratou de aprovar o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental ("EVTEA") apresentado pelo Ecoporto Santos, contemplando o equilíbrio econômico-financeiro e a prorrogação da vigência do Contrato até o ano de 2048. Em 6 de janeiro de 2020 o Ecoporto Santos apresentou recurso na esfera administrativa contra a referida Resolução para que seja reconhecido, também, o direito ao equilíbrio econômico-financeiro decorrente da superveniente substituição da área originalmente delimitada no Contrato por novas áreas, não contiguas, com metragem total 20% inferior (170.000m² x 136.444,03m²), causando perda de eficiência operacional. IX) ECO135 Concessionária de Rodovias S.A.: Explora pelo regime de concessão, a prestação de serviços públicos de operação, gestão, ampliação, conservação e realização de investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário denominado Lote de Rodovias: (i) BR-135 - início no km 367,65 (início da alça do trevo no entroncamento da BR-135 com a BR-122/251/365 - contorno Montes Claros) e findando no km 668,85 (início da alça do trevo do entroncamento da BR-135 com a BR-040(A) - São José da Lagoa, com extensão de 301,20 km); (ii) MG-231 com extensão de 22,65 km; (iii) MG-231 com extensão de 22,65 km; (iv) LMG-754 - iniciando no km 2,85 (fim da alça do entroncamento da LMG-754 com a Avenida Brasil - Perímetro Urbano de Curvelo) e findando no km 42,95 (entroncamento da LMG-754 com a MG-231 - Perímetro Urbano de Cordeiroburgo), com extensão de 40,10 km, perfazendo uma extensão total de 363,95 km, bem como a execução e gestão dos serviços delegados, o apoio na fiscalização e gestão dos serviços complementares prestados diretamente pela concessionária. O início da cobrança de pedágio ocorreu em 1 de abril de 2019. O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigorará até 2048. X) Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel: Foi constituída em 20 de fevereiro de 2018, tendo por objeto social, único exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, a prestação de serviços públicos de operação, gestão, ampliação, conservação e realização de investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário denominado Lote Rodoanel Norte entre os municípios de Guarulhos e São Paulo, localizada na Rodovia dos Imigrantes, S/N, 1º andar, Sala 01, Bairro Alvarenga - São Bernardo do Campo - SP. O trecho do Rodoanel Norte possui 46 km. A companhia está em fase pré-operacional, aguardando a assinatura do contrato de concessão. XI) Concessionária de Rodovias Minas Gerais Góias S.A. - Eco050: Explora pelo regime de concessão o trecho de 436,6 km da BR-050, desde o entroncamento com a BR-040, em Goiás, até a divisa de Minas Gerais com o Estado de São Paulo, considerando o contorno existente em Uberlândia, incluindo os elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos, obras de arte especiais, estruturas, pistas centrais, laterais, margens e locais logados diretamente ou por dispositivos de interseção com a rodovia, acostamentos, edificações de arte especiais e quaisquer outros elementos que se concentrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas nos termos do contrato de concessão "Etila nº 001/2013 Parte VII", celebrado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em 05 de dezembro de 2013. A exploração da rodovia se dará mediante a cobrança de tarifa de pedágio, tendo como prazo de concessão 30 anos contados a partir de 08 de janeiro de 2014, data da assinatura do Contrato. Em 30 de maio de 2019, foi concluída a operação de venda, de 100% do capital social da Concessionária de Rodovias Minas Gerais Góias S.A. ("MGO Rodovias"), por meio de sua *holding* Adrogada Administração e Participações S.A., para o grupo Ecorodovias, através da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. A Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("Ecorodovias Concessões") tem por objetivo participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além de prestar serviços: administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia, compras corporativas agenciamento de espaços para publicidade, dentre outros. O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigorará até 8 de janeiro de 2044. XII) Concessionária Ecovias do Cerrado S.A.: Explora pelo regime de concessão o sistema rodoviário composto pelos trechos da BR-364/365(GO/MS), no trecho de entroncamento com a BR-060 (Jataí/GO) e o entroncamento com a LMG-473(contorno Oeste de Uberlândia/MG). A companhia assinou o contrato de concessão com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT em 19 de dezembro de 2019, e o termo de Arolamento e Transferência de Bens em 20 de janeiro de 2020. O prazo da concessão é de 30 anos e vigorará até 20 de janeiro de 2050. **2.4. Moeda funcional de apresentação:** As demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são apresentadas em reais, a moeda do ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional").

## 3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais da Companhia e consolidadas: a) **Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas diretas e indiretas quando as mesmas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Ativos financeiros:** Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. **Classificação dos ativos financeiros:** Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a longo prazo, incluindo os elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos, obras de arte especiais, estruturas, pistas centrais, laterais, margens e locais logados diretamente ou por dispositivos de interseção com a rodovia, acostamentos, edificações de arte especiais e quaisquer outros elementos que se concentrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas nos termos do contrato de concessão "Etila nº 001/2013 Parte VII", celebrado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em 05 de dezembro de 2013. A exploração da rodovia se dará mediante a cobrança de tarifa de pedágio, tendo como prazo de concessão 30 anos contados a partir de 08 de janeiro de 2014, data da assinatura do Contrato. Em 30 de maio de 2019, foi concluída a operação de venda, de 100% do capital social da Concessionária de Rodovias Minas Gerais Góias S.A. ("MGO Rodovias"), por meio de sua *holding* Adrogada Administração e Participações S.A., para o grupo Ecorodovias, através da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. A Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("Ecorodovias Concessões") tem por objetivo participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além de prestar serviços: administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia, compras corporativas agenciamento de espaços para publicidade, dentre outros. O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigorará até 8 de janeiro de 2044. ii) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a longo prazo, incluindo os elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos, obras de arte especiais, estruturas, pistas centrais, laterais, margens e locais logados diretamente ou por dispositivos de interseção com a rodovia, acostamentos, edificações de arte especiais e quaisquer outros elementos que se concentrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas nos termos do contrato de concessão "Etila nº 001/2013 Parte VII", celebrado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em 05 de dezembro de 2013. A exploração da rodovia se dará mediante a cobrança de tarifa de pedágio, tendo como prazo de concessão 30 anos contados a partir de 08 de janeiro de 2014, data da assinatura do Contrato. Em 30 de maio de 2019, foi concluída a operação de venda, de 100% do capital social da Concessionária de Rodovias Minas Gerais Góias S.A. ("MGO Rodovias"), por meio de sua *holding* Adrogada Administração e Participações S.A., para o grupo Ecorodovias, através da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. A Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("Ecorodovias Concessões") tem por objetivo participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além de prestar serviços: administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia, compras corporativas agenciamento de espaços para publicidade, dentre outros. O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigorará até 8 de janeiro de 2044. iii) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a longo prazo, incluindo os elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos, obras de arte especiais, estruturas, pistas centrais, laterais, margens e locais logados diretamente ou por dispositivos de interseção com a rodovia, acostamentos, edificações de arte especiais e quaisquer outros elementos que se concentrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas nos termos do contrato de concessão "Etila nº 001/2013 Parte VII", celebrado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em 05 de dezembro de 2013. A exploração da rodovia se dará mediante a cobrança de tarifa de pedágio, tendo como prazo de concessão 30 anos contados a partir de 08 de janeiro de 2014, data da assinatura do Contrato. Em 30 de maio de 2019, foi concluída a operação de venda, de 100% do capital social da Concessionária de Rodovias Minas Gerais Góias S.A. ("MGO Rodovias"), por meio de sua *holding* Adrogada Administração e Participações S.A., para o grupo Ecorodovias, através da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. A Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("Ecorodovias Concessões") tem por objetivo participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além de prestar serviços: administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia, compras corporativas agenciamento de espaços para publicidade, dentre outros. O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigorará até 8 de janeiro de 2044. iv) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a longo prazo, incluindo os elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos, obras de arte especiais, estruturas, pistas centrais, laterais, margens e locais logados diretamente ou por dispositivos de interseção com a rodovia, acostamentos, edificações de arte especiais e quaisquer outros elementos que se concentrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas nos termos do contrato de concessão "Etila nº 001/2013 Parte VII", celebrado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em 05 de dezembro de 2013. A exploração da rodovia se dará mediante a cobrança de tarifa de pedágio, tendo como prazo de concessão 30 anos contados a partir de 08 de janeiro de 2014, data da assinatura do Contrato. Em 30 de maio de 2019, foi concluída a operação de venda, de 100% do capital social da Concessionária de Rodovias Minas Gerais Góias S.A. ("MGO Rodovias"), por meio de sua *holding* Adrogada Administração e Participações S.A., para o grupo Ecorodovias, através da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. A Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("Ecorodovias Concessões") tem por objetivo participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além de prestar serviços: administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia, compras corporativas agenciamento de espaços para publicidade, dentre outros. O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigorará até 8 de janeiro de 2044. v) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a longo prazo, incluindo os elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos, obras de arte especiais, estruturas, pistas centrais, laterais, margens e locais logados diretamente ou por dispositivos de interseção com a rodovia, acostamentos, edificações de arte especiais e quaisquer outros elementos que se concentrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas nos termos do contrato de concessão "Etila nº 001/2013 Parte VII", celebrado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em 05 de dezembro de 2013. A exploração da rodovia se dará mediante a cobrança de tarifa de pedágio, tendo como prazo de concessão 30 anos contados a partir de 08 de janeiro de 2014, data da assinatura do Contrato. Em 30 de maio de 2019, foi concluída a operação de venda, de 100% do capital social da Concessionária de Rodovias Minas Gerais Góias S.A. ("MGO Rodovias"), por meio de sua *holding* Adrogada Administração e Participações S.A., para o grupo Ecorodovias, através da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. A Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("Ecorodovias Concessões") tem por objetivo participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além de prestar serviços: administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia, compras corporativas agenciamento de espaços para publicidade, dentre outros. O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigorará até 8 de janeiro de 2044. vi) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a longo prazo, incluindo os elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos, obras de arte especiais, estruturas, pistas centrais, laterais, margens e locais logados diretamente ou por dispositivos de interseção com a rodovia, acostamentos, edificações de arte especiais e quaisquer outros elementos que se concentrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas nos termos do contrato de concessão "Etila nº 001/2013 Parte VII", celebrado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em 05 de dezembro de 2013. A exploração da rodovia se dará mediante a cobrança de tarifa de pedágio, tendo como prazo de concessão 30 anos contados a partir de 08 de janeiro de 2014, data da assinatura do Contrato. Em 30 de maio de 2019, foi concluída a operação de venda, de 100% do capital social da Concessionária de Rodovias Minas Gerais Góias S.A. ("MGO Rodovias"), por meio de sua *holding* Adrogada Administração e Participações S.A., para o grupo Ecorodovias, através da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. A Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("Ecorodovias Concessões") tem por objetivo participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além de prestar serviços: administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia, compras corporativas agenciamento de espaços para publicidade, dentre outros. O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigorará até 8 de janeiro de 2044. vii) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a longo prazo, incluindo os elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos, obras de arte especiais, estruturas, pistas centrais, laterais, margens e locais logados diretamente ou por dispositivos de interseção com a rodovia, acostamentos, edificações de arte especiais e quaisquer outros elementos que se concentrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas nos termos do contrato de concessão "Etila nº 001/2013 Parte VII", celebrado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em 05 de dezembro de 2013. A exploração da rodovia se dará mediante a cobrança de tarifa de pedágio, tendo como prazo de concessão 30 anos contados a partir de 08 de janeiro de 2014, data da assinatura do Contrato. Em 30 de maio de 2019, foi concluída a operação de venda, de 100% do capital social da Concessionária de Rodovias Minas Gerais Góias S.A. ("MGO Rodovias"), por meio de sua *holding* Adrogada Administração e Participações S.A., para o grupo Ecorodovias, através da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. A Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("Ecorodovias Concessões") tem por objetivo participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além de prestar serviços: administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia, compras corporativas agenciamento de espaços para publicidade, dentre outros. O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigorará até 8 de janeiro de 2044. viii) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a longo prazo, incluindo os elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos, obras de arte especiais, estruturas, pistas centrais, laterais, margens e locais logados diretamente ou por dispositivos de interseção com a rodovia, acostamentos, edificações de arte especiais e quaisquer outros elementos que se concentrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas nos termos do contrato de concessão "Etila nº 001/2013 Parte VII", celebrado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em 05 de dezembro de 2013. A exploração da rodovia se dará mediante a cobrança de tarifa de pedágio, tendo como prazo de concessão 30 anos contados a partir de 08 de janeiro de 2014, data da assinatura do Contrato. Em 30 de maio de 2019, foi concluída a operação de venda, de 100% do capital social da Concessionária de Rodovias Minas Gerais Góias S.A. ("MGO Rodovias"), por meio de sua *holding* Adrogada Administração e Participações S.A., para o grupo Ecorodovias, através da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. A Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("Ecorodovias Concessões") tem por objetivo participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além de prestar serviços: administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia, compras corporativas agenciamento de espaços para publicidade, dentre outros. O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigorará até 8 de janeiro de 2044. ix) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a longo prazo, incluindo os elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos, obras de arte especiais, estruturas, pistas centrais, laterais, margens e locais logados diretamente ou por dispositivos de interseção com a rodovia, acostamentos, edificações de arte especiais e quaisquer outros elementos que se concentrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas nos termos do contrato de concessão "Etila nº 001/2013 Parte VII", celebrado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em 05 de dezembro de 2013. A exploração da rodovia se dará mediante a cobrança de tarifa de pedágio, tendo como prazo de concessão 30 anos contados a partir de 08 de janeiro de 2014, data da assinatura do Contrato. Em 30 de maio de 2019, foi concluída a operação de venda, de 100% do capital social da Concessionária de Rodovias Minas Gerais Góias S.A. ("MGO Rodovias"), por meio de sua *holding* Adrogada Administração e Participações S.A., para o grupo Ecorodovias, através da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. A Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("Ecorodovias Concessões") tem por objetivo participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além de prestar serviços: administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia, compras corporativas agenciamento de espaços para publicidade, dentre outros. O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigorará até 8 de janeiro de 2044. x) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a longo prazo, incluindo os elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos, obras de arte especiais, estruturas, pistas centrais, laterais, margens e locais logados diretamente ou por dispositivos de interseção com a rodovia, acostamentos, edificações de arte especiais e quaisquer outros elementos que se concentrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas nos termos do contrato de concessão "Etila nº 001/2013 Parte VII", celebrado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em 05 de dezembro de 2013. A exploração da rodovia se dará mediante a cobrança de tarifa de pedágio, tendo como prazo de concessão 30 anos contados a partir de 08 de janeiro de 2014, data da assinatura do Contrato. Em 30 de maio de 2019, foi concluída a operação de venda, de 100% do capital social da Concessionária de Rodovias Minas Gerais Góias S.A. ("MGO Rodovias"), por meio de sua *holding* Adrogada Administração e Participações S.A., para o grupo Ecorodovias, através da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. A Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("Ecorodovias Concessões") tem por objetivo participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além de prestar serviços: administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia, compras corporativas agenciamento de espaços para publicidade, dentre outros. O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigorará até 8 de janeiro de 2044. xi) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a longo prazo, incluindo os elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos, obras de arte especiais, estruturas, pistas centrais, laterais, margens e locais logados diretamente ou por dispositivos de interseção com a rodovia, acostamentos, edificações de arte especiais e quaisquer outros elementos que se concentrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas nos termos do contrato de concessão "Etila nº 001/2013 Parte VII", celebrado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em 05 de dezembro de 2013. A exploração da rodovia se dará mediante a cobrança de tarifa de pedágio, tendo como prazo de concessão 30 anos contados a partir de 08 de janeiro de 2014, data da assinatura do Contrato. Em 30 de maio de 2019, foi concluída a operação de venda, de 100% do capital social da Concessionária de Rodovias Minas Gerais Góias S.A. ("MGO Rodovias"), por meio de sua *holding* Adrogada Administração e Participações S.A., para o grupo Ecorodovias, através da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. A Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("Ecorodovias Concessões") tem por objetivo participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além de prestar serviços: administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia, compras corporativas agenciamento de espaços para publicidade, dentre outros. O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigorará até 8 de janeiro de 2044. xii) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a longo prazo, incluindo os elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos, obras de arte especiais, estruturas, pistas centrais, laterais, margens e locais logados diretamente ou por dispositivos de interseção com a rodovia, acostamentos, edificações de arte especiais e quaisquer outros elementos que se concentrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas nos termos do contrato de concessão "Etila nº 001/2013 Parte VII", celebrado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em 05 de dezembro de 2013. A exploração da rodovia se dará mediante a cobrança de tarifa de pedágio, tendo como prazo de concessão 30 anos contados a partir de 08 de janeiro de 2014, data da assinatura do Contrato. Em 30 de maio de 2019, foi concluída a operação de venda, de 100% do capital social da Concessionária de Rodovias Minas Gerais Góias S.A. ("MGO Rodovias"), por meio de sua *holding* Adrogada Administração e Participações S.A., para o grupo Ecorodovias, através da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. A Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("Ecorodovias Concessões") tem por objetivo participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além de prestar serviços: administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia, compras corporativas agenciamento de espaços para publicidade, dentre outros. O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigorará até 8 de janeiro de 2044. xiii) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a longo prazo, incluindo os elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos, obras de arte especiais, estruturas, pistas centrais, laterais, margens e locais logados diretamente ou por dispositivos de interseção com a rodovia, acostamentos, edificações de arte especiais e quaisquer outros elementos que se concentrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas nos termos do contrato de concessão "Etila nº 001/2013 Parte VII", celebrado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em 05 de dezembro de 2013. A exploração da rodovia se dará mediante a cobrança de tarifa de pedágio, tendo como prazo de concessão 30 anos contados a partir de 08 de janeiro de 2014, data da assinatura do Contrato. Em 30 de maio de 2019, foi concluída a operação de venda, de 100% do capital social da Concessionária de Rodovias Minas Gerais Góias S.A. ("MGO Rodovias"), por meio de sua *holding* Adrogada Administração e Participações S.A., para o grupo Ecorodovias, através da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. A Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("Ecorodovias Concessões") tem por objetivo participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além de prestar serviços: administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia, compras corporativas agenciamento de espaços para publicidade, dentre outros. O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigorará até 8 de janeiro de 2044. xiv) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a longo prazo, incluindo os elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos, obras de arte especiais, estruturas, pistas centrais, laterais, margens e locais logados diretamente ou por dispositivos de interseção com a rodovia, acostamentos, edificações de arte especiais e quaisquer outros elementos que se concentrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas nos termos do contrato de concessão "Etila nº 001/2013 Parte VII", celebrado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em 05 de dezembro de 2013. A exploração da rodovia se dará mediante a cobrança de tarifa de pedágio, tendo como prazo de concessão 30 anos contados a partir de 08 de janeiro de 2014, data da assinatura do Contrato. Em 30 de maio de 2019, foi concluída a operação de venda, de 100% do capital social da Concessionária de Rodovias Minas Gerais Góias S.A. ("MGO Rodovias"), por meio de sua *holding* Adrogada Administração e Participações S.A., para o grupo Ecorodovias, através da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. A Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("Ecorodovias Concessões") tem por objetivo participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além de prestar serviços: administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia, compras corporativas agenciamento de espaços para publicidade, dentre outros. O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigorará até 8 de janeiro de 2044. xv) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a longo prazo, incluindo os elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos, obras de arte especiais, estruturas, pistas centrais, laterais, margens e locais logados diretamente ou por dispositivos de interseção com a rodovia, acostamentos, edificações de arte especiais e quaisquer outros elementos que se concentrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas nos termos do contrato de concessão "Etila nº 001/2013 Parte VII", celebrado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em 05 de dezembro de 2013. A exploração da rodovia se dará mediante a cobrança de tarifa de pedágio, tendo como prazo de concessão 30 anos contados a partir de 08 de janeiro de 2014, data da assinatura do Contrato. Em 30 de maio de 2019, foi concluída a operação de venda, de 100% do capital social da Concessionária de Rodovias Minas Gerais Góias S.A. ("MGO Rodovias"), por meio de sua *holding* Adrogada Administração e Participações S.A., para o grupo Ecorodovias, através da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. A Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("Ecorodovias Concessões") tem por objetivo participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além de prestar serviços: administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia, compras corporativas agenciamento de espaços para publicidade, dentre outros. O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigorará até 8 de janeiro de 2044. xvi) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a longo prazo, incluindo os elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos, obras de arte especiais, estruturas, pistas centrais, laterais, margens e locais logados diretamente ou por dispositivos de interseção com a rodovia, acostamentos, edificações de arte especiais e quaisquer outros elementos que se concentrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas nos termos do contrato de concessão "Etila nº 001/2013 Parte VII", celebrado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em 05 de dezembro de 2013. A exploração da rodovia se dará mediante a cobrança de tarifa de pedágio, tendo como prazo de concessão 30 anos contados a partir de 0



**Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e de 2018**

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**8. Caixa e Equivalentes de Caixa**

Política contábil: A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor e para utilização em compromissos de curto prazo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e bancos	18	21	215.084	30.927
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento (a)	15.168	141.794	1.090.626	1.340.800
Operações compromissadas (b)	-	-	34.459	5.275
Certificado de depósito bancário CDB (c)	-	-	473.532	1.247.571
Aplicações automáticas (d)	89	138	42.547	25.916
	<u>15.275</u>	<u>141.953</u>	<u>1.856.248</u>	<u>2.650.489</u>

(a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor. O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo também não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos. Em 31 de dezembro de 2019 a carteira do Fundo de Investimento era composta por 44,0% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 8,8% em Operações Compromissadas (vide Nota Explicativa nº 9), 47,2% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2018 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários, era composta por 29,9% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 6,5% em Operações Compromissadas, 1,2% em Letra Financeira (LF), 62,4% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 98,0% em 31 de dezembro de 2019 (99,1% em 31 de dezembro de 2018) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remuneradas à taxa de 75% do CDI em 31 de dezembro de 2019 (75% em 31 de dezembro de 2018), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e estão aplicadas a curtíssimo prazo sendo utilizados antes de 30 dias e não sofrem de incidência de IOF. (c) Os recursos vinculados às aplicações financeiras em certificado de depósito bancário (CDB) são remunerados à taxa média ponderada de 98,0% do CDI em 31 de dezembro de 2019, sem o risco de perda significativa no valor. A referida aplicação possui liquidez imediata. (d) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia também possui aplicação automática, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

**9. Aplicações Financeiras**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Recursos não vinculados	1.470	-	105.678	-
	<u>1.470</u>	<u>-</u>	<u>105.678</u>	<u>-</u>

Os recursos referem-se a aplicações financeiras em LTN over (Letras do Tesouro Nacional) remunerado à taxa de 99,8% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. As referidas aplicações possuem liquidez imediata.

**10. Aplicações Financeiras - Conta Reserva - Consolidado**

As aplicações financeiras - conta reserva, são investimentos temporários circulantes, representados por títulos de alta liquidez:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Fundo de investimento (a)	66.963	77.330	66.963
Certificado de depósito bancário (CDB) (b)	39.953	-	39.953	-
	<u>106.916</u>	<u>77.330</u>	<u>106.916</u>	<u>77.330</u>
Circulante	56.614	61.521	56.614	61.521
Não circulante	50.302	15.809	50.302	15.809

(a) O Fundo de Investimento é remunerado à taxa média ponderada de 96,8% do CDI em 31 de dezembro de 2019 (97,6% em 31 de dezembro de 2018). (b) O Certificado de Depósito Bancário (CDB) é remunerado à taxa média ponderada de 98,0% do CDI em 31 de dezembro de 2019. As aplicações financeiras - conta reserva, refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como aplicações financeiras - conta reserva, por estarem vinculadas ao contrato de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Debêntures como garantia de parte do pagamento de juros e principal das controladas indiretas Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A., para Eco101 Concessionária de Rodovias S.A., Concessionária Ponte-Rio Niterói - Ecoponte e Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A. - Eco050, para operações BNDES e Ecoporto Santos S.A. para garantia CETESB.

**11. Clientes - Consolidado**

A composição está assim representada:

	31/12/2019	31/12/2018
Pedágio eletrônico (a)	135.454	110.670
Receitas acessórias (b)	1.707	5.466
Recebíveis de portos (c)	17.628	21.336
Outras contas a receber	15.815	4.392
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD (d)	(5.855)	(3.526)
	<u>164.749</u>	<u>138.338</u>

(a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio. (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos nos contratos de concessão. (c) Representado por faturas a receber de clientes pela movimentação da armazenagem e por reparos de contêineres vazios. (d) O valor das perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada exercício para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro. O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	31/12/2019	31/12/2018
A vencer	157.757	135.533
Vencidos:		
Até 30 dias	4.276	1.779
De 31 a 90 dias	2.349	869
De 91 a 120 dias	368	157
Acima de 120 dias	5.855	3.526
	<u>170.604</u>	<u>141.864</u>

A movimentação do exercício nas perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício	3.526	1.511
Consolidação Ecopátio (i)	1.582	-
Valores recuperados e baixados	(1.663)	(1.411)
Constituição de PECLD	2.410	3.426
Saldo no fim do exercício	<u>5.855</u>	<u>3.526</u>

(i) Vide Nota Explicativa nº 7.b)

**12. Depósitos Judiciais**

A natureza dos depósitos judiciais são:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Natureza				
Cível	64	64	6.795	7.264
Tributário	-	-	5.900	5.930
Trabalhista	5	-	22.481	19.300
Meio Ambiente	-	-	60.425	51.649
Desapropriações	-	-	23.735	23.952
THC2 - Terminal Handling Charge (vide Nota Explicativa nº 25.a.ii)	-	-	81.858	79.253
MPP-PR (iii)	-	-	2.360	-
Outros (Distribeil S.A.)	2.456	2.384	2.456	2.384
	<u>2.525</u>	<u>2.448</u>	<u>206.010</u>	<u>189.732</u>

As principais causas que resultaram nos depósitos judiciais descritos acima, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 25 Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias. Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício	2.448	2.299	189.732	188.470
Consolidação Ecopátio (i)	-	-	618	-
Aquisição participação (ii)	-	-	820	-
Adições (iii)	15	-	199.229	9.414
Baixas (iii)	(11)	-	(192.271)	(11.404)
Atualização monetária	73	149	7.882	3.252
Saldo no fim do exercício	<u>2.525</u>	<u>2.448</u>	<u>206.010</u>	<u>189.732</u>

(i) Vide Nota Explicativas nº 7.b); (ii) Vide Nota Explicativa nº 13.a.ii); (iii) Acerca dos bloqueios judiciais realizados em 21 de março de 2019, no valor de R\$185.369, em contas bancárias mantidas em nome das controladas indiretas Ecovia e Ecocatarras, ficou estabelecido no Acordo de Leniência firmado que o Ministério Público Federal do Paraná promovia a desistência do pedido de bloqueio de bens. Após a manifestação de desistência pelo Ministério Público Federal, este pedido foi aceito e homologado pelo Tribunal Regional Federal da Quarta Região e os valores foram efetivamente desbloqueados e liberados em 10 de fevereiro de 2020. Os demais saldos referem-se a outras adições e baixas de depósitos judiciais.

**13. Investimentos**

a) Controladora

	Controladas diretas				Equivalência patrimonial
	Valores das investidas 31/12/2019	Participação direta - %	Investimento		
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	973.590	100	973.590	1.022.255	109.112
Ecoporto Santos S.A.	357.219	100	357.219	332.704	3.515
ELG-01 Participações Ltda.	56.237	100	56.237	56.050	(2.313)
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	12.695	(3.731)	100	12.695	16.426
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	250	10	20	250	10
EIL-01 Participações Ltda.	354	11	100	354	343
Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel	15.305	(24.237)	100	15.305	(7.758)
EIL02 S.A.	-	-	-	-	-
EIL 03 S.A.	-	-	100	-	-

	Receita Líquida	Custos dos Serviços Prestados	Lucro/(prejuízo) Bruto	Despesas gerais e adm.	Amortização investimentos	Outras receitas/(despesas), líquidas	Equivalência patrimonial	Lucro/(Prejuízo) operacional antes do Resultado financeiro	Resultado financeiro	Lucro/(Prejuízo) operacional antes dos impostos	Imposto de renda e contribuição social	Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício
EIL01	-	-	-	-	-	-	-	-	14	14	(3)	11
Ecorodovias Concessões	179.475	(114.698)	64.777	(69.019)	(10.705)	(11.415)	256.468	230.106	(163.137)	66.969	42.143	109.112
Ecoporto Santos	110.032	(95.866)	14.166	(35.473)	-	54.051	-	32.744	(28.022)	4.722	593	5.315
Termares	57.449	(45.414)	12.035	(17.483)	-	25	-	(5.423)	(81)	(5.504)	1.773	(3.731)
Ecorodoanel	-	(4)	(4)	(370)	-	-	-	(374)	(19.866)	(20.240)	(3.997)	(24.237)
EIL01	-	-	-	-	-	-	(2.316)	(2,316)	3	(2,316)	(1)	(2,314)
EIL03	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EIL04	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ecopátio	20.845	(19.428)	1.417	(4.515)	-	(38.476)	-	(41.574)	283	(41.291)	(984)	(42.275)
Controladas indiretas												
Ecovia	279.384	139.710	139.674	(18.414)	-	(127.543)	-	(6.283)	(8.270)	(14.553)	(38.971)	(53.524)
Ecosul	378.442	(179.330)	199.112	(16.755)	-	45	-	182.402	(17.569)	164.833	(55.323)	109.510
Ecovias	1.138.289	(475.991)	662.298	(43.216)	-	1.696	-	620.778	(70.872)	549.906	(178.074)	371.832
Ecocatarras	339.750	(222.566)	117.184	(15.843)	-	(249.986)	-	(148.645)	(18.539)	(167.184)	(34.168)	(201.352)
Ecopistas	343.687	(201.635)	142.052	(19.002)	-	324	-	123.374	(84.040)	39.334	(11.514)	27.820
Eco101	441.800	(402.771)	39.029	(13.675)	-	175	-	25.529	(9.138)	16.391	(5.036)	11.355
Ecoponte	369.594	(313.713)	55.881	(11.557)	-	(1)	-	44.323	(11.099)	33.224	(9.850)	23.374
Eco135	279.810	(179.368)	100.442	(9.896)	-	(5)	-	90.541	(128.445)	(37.904)	12.370	(25.534)
EIL02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Anish	26	-	26	(1.820)	-	(180)	-	(1.974)	(342)	(2.316)	-	(2.316)
Paquetá	-	-	-	(174)	-	-	-	(174)	(7)	(181)	(181)	-
Argovias	-	(28)	-	-	-	(975)	-	(1.003)	(3.301)	(4.304)	-	(4.304)
Eco050	209.507	(163.657)	45.850	(10.141)	-	218	-	35.927	(37.330)	(1.403)	428	(975)
Ecovia do Cerrado	-	(15)	(15)	-	-	-	-	(15)	882	867	(291)	576

**14. Imobilizado**

Política contábil: O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

	Hardware	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Edificações	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	4,0	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	4,6	1,1	2,4	3,9	9,1	-
	CUSTO					
Saldo em 31/12/2018	1.477	264	549	1.956	3.626	7.872
Adições	173	-	-	-	15	188
Baixas	(34)	-	-	(221)	(255)	-
Saldo em 31/12/2019	<u>1.616</u>	<u>264</u>	<u>549</u>	<u>1.956</u>	<u>3.420</u>	<u>7.805</u>
	DEPRECIACÃO					
Saldo em 31/12/2018	(1.322)	(252)	(488)	(910)	(2.374)	(5.346)
Adições	(71)	(3)	(13)	(76)	(312)	(475)
Saldo em 31/12/2019	<u>(1.393)</u>	<u>(255)</u>	<u>(501)</u>	<u>(986)</u>	<u>(2.686)</u>	<u>(5.821)</u>
	RESIDUAL					
Em 31/12/2019	223	9	48	970	734	1.984
Em 31/12/2018	155	12	61	1.046	1.252	2.526

a) Controladora

	Controladas diretas				Equivalência patrimonial
	Valores das investidas 31/12/2019	Participação direta - %	Investimento		
EIL 04 S.A.	-	-	100	100	-
Ecopátio Logística Cubatão Ltda. (i)	70.653	(3.790)	100	-	(3.790)
Lucros não realizados Eco101	(943)	52	-	(943)	(955)
Lucros não realizados Ecoporto	(862)	-	-	(862)	(862)
	<u>1.484.498</u>	<u>-</u>	<u>1.419.268</u>	<u>-</u>	<u>78.629</u>

(i) Vide Nota Explicativa nº 7.b)

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 está apresentada a seguir:

	Dividendos e juros sobre o capital próprio		Redução de capital		Aporte com base em	
--	--	--	--------------------	--	--------------------	--





Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Arrendamentos a Pagar - Consolidado

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	31/12/2019	31/12/2018
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento:	12.772	15.333
Circulante	7.291	721
Não circulante	5.481	14.612

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Adoção inicial CPC 06/R2 (vide Nota Explicativa nº 5)	15.333	15.333
Aquisição de participação (vide Nota Explicativa nº 13.a.ii)	721	721
Consolidação Ecopólio (vide Nota Explicativa nº 7.b)	24	24
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 29)	11.880	11.880
Pagamento principal	(3.306)	(3.306)
Pagamento de juros	(11.880)	(11.880)
Saldo no fim do exercício	12.772	15.333

20. Partes Relacionadas

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente, ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos e financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (arm's length basis). Em 31 de dezembro de 2019, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Ativo	Passivo	Resultado
	Circulante	Não circulante	Recursos
	(Intangível)	Recursos	de mútuo
<b>Controladora</b>			
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	910	-	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	-	-	10.535
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (c)	-	-	18.810
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. Ecosul (d)	115	670	-
Concessionária do Rodaneal Norte S.A. - Ecorodaneal (e)	80	-	-
Ecoporto Santos S.A. (f)	-	2.591	-
Termares Term. Mar. Afundegados Ltda. (g)	5.176	309	-
Total em 31 de dezembro de 2019	1.105	670	18.810
Total em 31 de dezembro de 2018	29.708	174.000	69.884

	Ativo	Passivo	Resultado
	Circulante	Não circulante	Recursos
	(Intangível)	Recursos	de mútuo
<b>Consolidado</b>			
Empr. Concess. de Rodovias do Sul S.A. Ecosul (d)	-	-	670
Imr. (o)	-	1.342	-
CBB Ind. e Com. de Asfaltos e Enghn.Ltda.(l)	66.740	2.431	-
TB Transportadora Betumes Ltda. (i)	3.401	70	-
Consórcio MG135 (j)	8.336	-	-
Consórcio Binário Porto de Santos (k)	95.428	6.430	-
Consórcio Alca da Ponte (l)	161.852	11.212	-
Consórcio BR050 (m)	39.029	9.545	-
Consórcio Baixada Santista (n)	3.930	-	-
Consórcio PSG.(h)	3.110	198	-
Total em 31 de dezembro de 2019	381.826	31.228	670
Total em 31 de dezembro de 2018	186	173.749	19.881

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir: (a) Refere-se ao rateio de custos da remuneração dos diretores compartilhados entre a Companhia e a Controlada Ecorodovias Concessões e Serviços (vide nota de Remuneração dos Administradores). (b) Em 14 de junho de 2019 ocorreu a liquidação do contrato de mútuo com a controlada Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. O mútuo foi corrigido pela taxa de 105,0% do CDI e seu vencimento original era 12 de junho de 2020. (c) A Companhia celebrou em 10 de agosto de 2016 a contratação de Cessão e assunção onerosa de obrigações e outras avenças com a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. o qual será ajustado nos mesmos termos previstos na Escritura, no qual cedeu a dívida de R\$600.000 em debêntures em duas séries: - 1ª série CDI+1,18%a.a. com vencimento em 15 de abril de 2018 e - 2ª série CDI 1,42%a.a. com vencimento em 15 de abril de 2020. (d) O Consórcio Binário Porto de Santos, formado pelas partes relacionadas CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Itinera Construções Ltda, presta serviços de implantação da conexão Porto-Cidade entre o KM 60 e KM 65+600 da SP 150, municípios de Santos e Cubatão. O preço global firmado é de R\$14.837 e o prazo final para execução destes serviços é 30 de novembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo em aberto de R\$6.430 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores. (e) O Consórcio Alca da Ponte, pertence aos acionistas da C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A. e Itinera Construções Ltda, presta serviços de execução de serviços de implantação da alça de acesso entre a ponte Rio-Niterói com a linha vermelha e avenida portuária na cidade do Rio de Janeiro. O preço global firmado é de R\$347.096 e o prazo de execução desses serviços é 31 de março de 2020. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo em aberto a pagar de R\$1.212 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores. (f) O Consórcio BR 050, formado pelas partes relacionadas Lincera Construções Ltda e Crasa Infraestrutura S.A., presta serviços de "Execução dos Serviços de Duplicação do KM 286+800 ao 309+400 da Rodovia BR-050/GO e Recuperação de Pavimento da Rodovia BR-050/GO do km 95+700 ao 314+000." O preço global firmado é de R\$137.810 e o prazo final para execução destes serviços é 31 de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo em aberto de R\$9.545 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores. (g) O Consórcio Baixada Santista, formado pelas partes relacionadas Lincera Construções Ltda e Crasa Infraestrutura S.A., prestou serviço de "Recuperação do Pavimento Flexível nas Rodovias Ecovias dos Imigrantes S.A. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as Companhias e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$159.596. O prazo para execução desses será até 31 de maio de 2020. Em 31 de dezembro de 2019, os saldos em aberto a pagar de R\$2.501 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores. (h) O Consórcio MG-135, formado pelas partes relacionadas CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Lincera Construções Ltda, prestou serviço de execução da infraestrutura das 06(seis) Praças de Pedágios a serem implantadas nas rodovias sob concessão da Controlada. O preço global firmado é de R\$30.734, que finalizou a execução destes serviços em 20 de março de 2019. Em 31 de dezembro de 2019, não há saldos em aberto (de serviços já realizados). (i) O Consórcio Binário Porto de Santos, formado pelas partes relacionadas CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Lincera Construções Ltda, presta serviço de implantação da conexão Porto-Cidade entre o KM 60 e KM 65+600 da SP 150, municípios de Santos e Cubatão. O preço global firmado é de R\$14.837 e o prazo final para execução destes serviços é 30 de novembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo em aberto de R\$6.430 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores. (j) O Consórcio Alca da Ponte, pertence aos acionistas da C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A. e Itinera Construções Ltda, presta serviços de execução de serviços de implantação da alça de acesso entre a ponte Rio-Niterói com a linha vermelha e avenida portuária na cidade do Rio de Janeiro. O preço global firmado é de R\$347.096 e o prazo de execução desses serviços é 31 de março de 2020. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo em aberto a pagar de R\$1.212 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores. (k) O Consórcio BR 050, formado pelas partes relacionadas Lincera Construções Ltda e Crasa Infraestrutura S.A., presta serviço de "Execução dos Serviços de Duplicação do KM 286+800 ao 309+400 da Rodovia BR-050/GO e Recuperação de Pavimento da Rodovia BR-050/GO do km 95+700 ao 314+000." O preço global firmado é de R\$137.810 e o prazo final para execução destes serviços é 31 de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo em aberto de R\$9.545 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores. (l) O Consórcio Baixada Santista, formado pelas partes relacionadas Lincera Construções Ltda e Crasa Infraestrutura S.A., prestou serviço de "Recuperação do Pavimento Flexível nas Rodovias Ecovias dos Imigrantes S.A. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as Companhias e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$159.596. O prazo para execução desses será até 31 de maio de 2020. Em 31 de dezembro de 2019, os saldos em aberto a pagar de R\$2.501 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores. (m) O Consórcio BR 050, formado pelas partes relacionadas Lincera Construções Ltda e Crasa Infraestrutura S.A., presta serviço de "Execução dos Serviços de Duplicação do KM 286+800 ao 309+400 da Rodovia BR-050/GO e Recuperação de Pavimento da Rodovia BR-050/GO do km 95+700 ao 314+000." O preço global firmado é de R\$137.810 e o prazo final para execução destes serviços é 31 de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo em aberto de R\$9.545 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores. (n) O Consórcio Alca da Ponte, pertence aos acionistas da C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A. e Itinera Construções Ltda, presta serviços de execução de serviços de implantação da alça de acesso entre a ponte Rio-Niterói com a linha vermelha e avenida portuária na cidade do Rio de Janeiro. O preço global firmado é de R\$347.096 e o prazo de execução desses serviços é 31 de março de 2020. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo em aberto a pagar de R\$1.212 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores. (o) Refere-se a reembolso de despesas administrativas. Os saldos de contrato mútuo entre empresas controladas em 31 de dezembro de 2019 não aparecem nas demonstrações financeiras por não envolver a controladora e são eliminados no consolidado. Os saldos estão apresentados a seguir:

	Mutuário	Emissão	Vencimento	Taxa	31/12/2019	31/12/2018
Ecorodovias Concessões	Ecopistas	10/2010	03/2025	100% CDI + 1,20% a.a.	151.043	142.317
Ecorodovias Concessões	EcoRodovias Infraestrutura	06/2015	06/2020	105,0% CDI	-	353.073
Ecorodovias Infra	Ecoporto Santos	10/2015	12/2021	105,0% CDI	-	37.115
Ecorodovias Infra	Termares	11/2015	12/2021	105,0% CDI	5.176	4.914
Termares	Ecoporto Santos	09/2015	12/2021	105,0% CDI	2.525	6.246
Termares	Ecoporto Santos	10/2015	12/2021	105,0% CDI	-	2.114
					158.744	545.779

Remuneração dos administradores: Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas". Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Em Assembleia Geral Ordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício a findo em 31 de dezembro de 2019 em R\$13.145 (R\$19.324 para o exercício de 2018), sendo que parte do valor proposto para a remuneração de alguns administradores poderá ser rateado entre a Companhia e suas controladas, conforme definido em contrato de compartilhamento de custos. A remuneração do exercício provisionada aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Remuneração (fixa/variável)	4.003	5.762
Gratificação	616	4.500
Plano de opção com base em ações	-	68
Remuneração baseada em ações (Phantom Stock Option/Restricted Stock)	1.312	713
Seguro de vida	2	4
Assistência saúde	141	113
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo Prazo - ILP (Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS)	44	175
	521	1.898
	6.639	13.233

21. Provisão para Manutenção - Consolidado

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de gastos futuros para manter a infraestrutura rodoviária no nível de operacionalidade contratual e são registrados a valor presente com taxas médias de 8,10% ao ano, em média, correspondentes às taxas médias ponderadas de captação de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho, e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos, estando demonstrados a seguir:

	31/12/2018	Aquisição de Participação (i)	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2019
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 28)	1.328.191	44.138	241.993	-	-	1.614.322
Efeito do valor presente sobre constituição (vide Nota Explicativa nº 28)	(275.212)	(13.241)	(41.120)	-	-	(329.573)
Realização da manutenção	(929.908)	-	-	(169.757)	-	(1.099.665)
Ajuste a valor presente - realizações (vide Nota Explicativa nº 29)	197.404	3.538	-	-	40.313	241.255
	320.475	34.435	200.873	(169.757)	40.313	426.339
Circulante	79.074	-	-	-	-	147.328
Não circulante	241.401	-	-	-	-	279.011
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 28)	1.142.368	185.823	-	-	-	1.328.191
Efeito do valor presente sobre constituição (vide Nota Explicativa nº 28)	(232.403)	(42.809)	-	-	-	(275.212)
Realização da manutenção	(809.532)	-	-	(120.376)	-	(929.908)
Ajuste a valor presente - realizações (vide Nota Explicativa nº 29)	169.191	-	-	-	28.213	197.404
	299.624	143.014	(120.376)	-	28.213	320.475
Circulante	90.503	-	-	-	-	79.074
Não circulante	179.121	-	-	-	-	241.401

(i) Vide Nota Explicativa nº 13.a.ii

22. Provisão para Construção de Obras Futuras - Consolidado

Os valores provisionados como obras futuras em contrapartida ao ativo intangível são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujo benefício econômico já estão sendo auferidos pela controladas indiretas em contrapartida ao intangível e, os valores são ajustados a valor presente a taxas entre 9,50% a 10,73% ao ano, em média, correspondentes às taxas médias ponderadas de captação de empréstimos. Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33, em que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que as controladas indiretas deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais. A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2018	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2019
Constituição da provisão para obras futuras	149.155	(3.671)	-	145.484
Efeito do valor presente sobre a constituição	(23.540)	(3.086)	-	(26.626)
Realização da construção	(47.803)	(57.779)	-	(105.582)
Ajuste a valor presente - realizações (vide Nota Explicativa nº 29)	19.055	-	(1.241)	17.814
	96.867	(58.364)	(1.241)	37.262
Circulante	71.841	-	-	36.495
Não circulante	25.026	-	-	767
Constituição da provisão para obras futuras	117.975	31.180	-	149.155
Efeito do valor presente sobre a constituição	(21.327)	(2.213)	-	(23.540)
Realização da construção	(47.321)	-	(482)	(47.803)
Ajuste a valor presente - realizações (vide Nota Explicativa nº 29)	15.939	-	3.116	19.055
	65.266	28.967	(482)	96.867
Circulante	57.568	-	-	71.841
Não circulante	7.698	-	-	25.026

23. Obrigações com Poder Concedente - Consolidado

i) Outorgas fixas e variáveis:

	31/12/2019	31/12/2018
Parcelas:		
Variável - Ecovias (a)	1.507	1.482
Variável - Ecopistas (a)	480	445
Outras Ecovia - Verba de fiscalização (b)	267	277
Outras Ecovia - Verba Polícia Rodoviária (c)	436	588
Variável - Ecosul (d)	254	232
Outras Ecocatarras - Verba de fiscalização (e)	336	325
Taxa de fiscalização - Ecoponte (f)	290	276
Taxa de fiscalização - ECO101 (g)	557	532
Outras Ecocatarras - PRE/PRF (h)	2.788	2.663
Outras Ecopistas - Taxas Ecovias (i)	705	977
Outras Ecopistas - Taxas CODESP (j)	25	14
Fixas - Eco135 (l)	900.267	767.527
Taxa de fiscalização - ECO050 (k)	911	-
	908.823	775.438
Circulante	180.064	110.608
Não circulante	89.759	764.830

a) A parcela variável das controladas indiretas Ecovias e Ecopistas é calculada e paga mensalmente com base em 1,5% da receita de arrecadação. b) Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R\$60 mensais do início até o 1º ano e R\$66 mensais do 1º ano até o final do contrato. Em 31 de dezembro de 2019, o valor atualizado mensal é de R\$297 (R\$277 em 31 de dezembro de 2018). c) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária da controlada indireta Ecovia. d) A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1% da receita de arrecadação de pedágio. e) Verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais de R\$77, durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 31 de dezembro de 2019, a parcela reajustada é de R\$336 (R\$325 em 31 de dezembro de 2018). f) Conforme contrato firmado em 18 de maio de 2015, deverá ser pago a título de fiscalização o valor nominal de R\$210 até o final da concessão reajustados nos mesmos prazos e índices da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2019, o valor atualizado é de R\$290 (R\$276 em 31 de dezembro de 2018). g) Taxa de fiscalização da controlada indireta ECO101: o valor anual a título de verba de fiscalização consistirá no montante de R\$3.722 divididos em 12 parcelas e deverá ser recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2019, o valor mensal da parcela reajustada é de R\$557 (R\$532 em 31 de dezembro de 2018). h) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia. i) Refere-se ao pagamento de taxas à Companhia de Docas do Estado de São Paulo - CODESP das controladas Ecoporto Santos e Termares, a título de liberações e movimentações de contêineres, infraestrutura de atracação e declaração de trânsito aduaneiro. j) Conforme contrato de concessão da controlada indireta Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., assinado em 19 de junho de 2018, a outorga será paga em 348 parcelas mensais no valor de R\$5.920 com reajuste pelo IPCA, a partir do 1º mês do 2º ano de vigência do contrato de concessão, correspondente a um total de R\$2.060.000 (R\$2.312.752, atualizado na data da assinatura do contrato). Em conformidade com o Pronunciamento contábil CPC12 - Ajuste a valor presente, foi aplicado o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações com Poder Concedente, considerando uma taxa de desconto de 9,7% a.a. no valor de R\$1.605.947. k) Refere-se a verba de fiscalização da controlada indireta Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A., recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes (ANTT). O valor mensal em 31 de dezembro de 2019 corresponde à R\$455. Adicionalmente, as controladas indiretas Ecovia e Ecocatarras recolhem a título de taxa de fiscalização, mensalmente, a AGEPAR (Agência Reguladora do Paraná), o valor correspondente a 0,5% da receita de arrecadação de pedágio. As controladas indiretas Ecovias e Ecopistas mantêm em vigor coberturas de seguros contra riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. As coberturas de seguro deverão ser mantidas em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário. A movimentação do exercício das obrigações com Poder Concedente está demonstrada a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício	775.438	13.488
Adição (i)	-	2.312.752
AVP da constituição (ii)	-	(1.605.947)
Aquisição de participação (vide Nota Explicativa nº 13.a.ii)	455	-
Custo (vide Nota Explicativa nº 28)	68.217	61.183
Intangível	2.323	2.223
Realização do AVP (iii)	18.134	34.980
Eleitos financeiros sobre direito de outorga (vide Nota Explicativa nº 29)	120.378	(50)
Custos financeiros capitalizados (ii)	35.239	25.743
Pagamento do principal	(111.361)	(68.934)
Saldo no final do exercício	908.823	775.438

(i) Refere-se ao contrato de concessão da controlada indireta Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. (ii) Conforme item 32 do Pronunciamento técnico CPC04 - Ativos Intangíveis, a controlada Eco135 está capitalizando os custos financeiros até a data do início da cobrança de pedágio. (iii) Outros compromissos relativos a concessões: **Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.** - A concessionária também é responsável pela restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir: • 2,6 km da Rodovia PR-694, trecho entre a BR-277 e a PR-409; • 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277; • 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes; • 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graçiosa) e Morretes. **Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.** - A concessionária opera o Sistema Anchieta-Imigrantes, liga a região metropolitana de São Paulo ao porto da cidade de Santos, o maior da América Latina, o Polo Petroquímico de Cubatão, as indústrias do ABCD Paulista e a Baixada Santista administrando 1



**Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e de 2018**

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

originalmente delimitada no Contrato por novas áreas, não contíguas, com metragem total 20% inferior (170.000m² x 136.444,03m²), causando perda de eficiência operacional. e) **Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.**: Em 11 de abril de 2019, a Polícia Federal cumpriu mandado de busca e apreensão na controlada indireta Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. ("Eco101") em Serra - ES, no âmbito da "Operação Infinita Highway". De acordo com informações divulgadas pela Polícia Federal, a investigação foi realizada com o apoio do Tribunal de Contas da União e tem foco na apuração de eventuais irregularidades relacionadas a laudos técnicos sobre a situação de rodovia. O inquérito policial encontra-se em andamento perante a Polícia Federal, sem previsão de término. A Companhia instaurou uma investigação interna com o objetivo de apurar os fatos e contou com apoio externo profissional para os trabalhos. No relatório de avaliação forense estes profissionais externos apontam que não constam documentos no inquérito que sustentem a tese de que funcionários da ANTT sabiam de supostas alterações realizadas pela Eco101 nos relatórios de monitoração, que a investigação não apresentou documentos que comprovem a suposta relação ilegal entre a Eco101 e representantes da ANTT, bem como não constam provas de que os relatórios de monitoração supostamente alterados tenham sido utilizados para obtenção de financiamentos junto ao BNDES. A Companhia está avaliando os resultados dos relatórios forenses elaborados no curso da investigação interna para a conclusão dos trabalhos. f) **Outras informações**: Em 20 de junho de 2018 o Grupo Ecorodovias recebeu o ofício nº 14609/2018, emitido pela 3ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social do Estado de São Paulo, notificando a instauração do Inquérito Civil nº 14.0695.000489/2018-2 e solicitando informações sobre a contratação da empresa terceira nos anos de 2009 e 2010, os serviços prestados por ela e os termos destas contratações e aprovações internas. Este inquérito foi instaurado a partir do conteúdo de reportagem extraída do blog publicado no jornal o Estado de São Paulo em 14 de maio de 2018. A notícia aponta que estaria em poder da equipe de trabalho do Ministério Público Federal do PR planilhas em que a fornecedora, controlada pelo ex-assessor do DER/SP, teria recebido repasses, entre 2009 e 2010, no valor de R\$3.200 milhões das controladas indiretas Ecovia e Ecocatarratas. Em 06 de agosto de 2018 a Ecorodovias prestou os esclarecimentos requisitados no ofício, encaminhou cópias dos contratos em questão, bem como elucidou os objetos contratados e as aprovações internas. No decorrer do acompanhamento do referido Inquérito Civil, os Promotores de Justiça responsáveis entenderam que havia razão para que dois outros inquéritos civis também fossem considerados nas investigações originais, quais sejam, os inquéritos nº 43.0695.0001071/2014-9 e 14.0615.0000295/2018-8, o que se deu apenas em razão de tratarem de temas relacionados às concessões rodoviárias do Estado de São Paulo. Importante destacar que o Grupo Ecorodovias ou qualquer das suas Concessionárias não são partes nem objeto de investigação por parte do MPE/SP nesses dois inquéritos acima mencionados. Os inquéritos são sigilosos, razão pela qual a Companhia não possui cópias de seus conteúdos, mas apenas os termos das Portarias Inaugurais. Segundo os assessores jurídicos externos contratados para representar o Grupo neste inquérito, caso reste provada a prática de ilícitos e irregularidades investigadas, as empresas poderão ser acionadas judicialmente pelo MPE/SP, com sanções aplicáveis às pessoas jurídicas. Nas esferas cível e administrativa, dentre as sanções, há a potencial aplicação da Lei de Improbidade Administrativa que prevê: i) ressarcimento integral do dano; ii) proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais e creditícios, pelo prazo de 10 anos (por atos que geram enriquecimento ilícito), 05 anos (por atos que causem prejuízo ao erário) e 03 anos (por atos que atentem contra os princípios da administração); iii) pagamento de multa cível a depender da hipótese de imputação, que pode ser: (a) de até 3 vezes o valor do acréscimo patrimonial (por atos que geram enriquecimento ilícito); (b) 2 vezes o valor do dano (por atos que causem prejuízo ao erário) e (c) cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente (atos que atentem contra os princípios da administração), além de potenciais penalidades criminais. Os assessores jurídicos da Ecorodovias informam não ser possível estimar, nesta fase processual do inquérito, quais os possíveis desdobramentos para o Grupo em caso de procedência da investigação, vez que as penalidades acima descritas podem variar a depender das conclusões das investigações ora em curso.

**25. Provisão para Perdas Cíveis, Trabalhistas e Tributárias**

**Política contábil:** O Grupo EcoRodovias faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, podem resultar em efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia. A movimentação da provisão nos exercícios é conforme segue:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	151.282	28.104	6.078	185.464
Consolidação Ecopató (i)	-	1.745	195	1.940
Aquisição de participação (ii)	310	3.159	690	4.159
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	15.395	8.298	841	24.534
(-) Pagamentos	(6.817)	(13.015)	(25)	(19.857)
(+) Atualização monetária	6.712	3.483	224	10.419
Saldos em 31 de dezembro de 2019	166.882	31.774	8.003	206.659
	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	153.329	33.695	10.184	197.208
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(1.246)	9.213	(3.899)	4.068
(-) Pagamentos	(6.414)	(17.910)	(1)	(24.325)
(+) Atualização monetária	5.613	3.106	(206)	8.513
Saldos em 31 de dezembro de 2018	151.282	28.104	6.078	185.464

(i) Vide Nota Explicativa nº 7.b). (ii) Vide Nota Explicativa nº 13.a.ii).

(a) Processos cíveis: O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia e suas controladas têm outros processos de natureza cível, que totalizam R\$963.550 em 31 de dezembro de 2019 (R\$608.152 em 31 de dezembro de 2018), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão. As principais causas classificadas como prováveis, ou seja, com constituição de provisão são: (i) a controlada indireta Ecovias possui uma ação cível pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo sob alegação de que a Companhia não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Em agosto de 2014, foi proferida sentença parcialmente procedente para condenar a Ecovias ao pagamento de R\$36.917. Em 29 de setembro de 2014 foi realizado depósito judicial no montante de R\$38.828. Em 9 de abril de 2018, foi proferida decisão de 2ª instância que determinou: (i) o pagamento à CDHU (da parcela prevista no Convênio firmado em 22 de dezembro de 2006) e (ii) a correção monetária do valor residual de R\$3.777 (março/2004) pela tabela prática do TJSP, acrescido de juros de mora de 1% ao mês a contar do 31º dia subsequente à conclusão das obras. Foi interposto recurso pela Ecovias para esclarecer que o valor residual já foi depositado considerando a correção monetária de acordo com o acordado e a data final para a aplicação dos juros de mora. Em 29 de março de 2019, diante da decisão que reconheceu que a correção monetária foi considerada no valor já depositado e delimitou a data para a aplicação do valor, a Ecovias realizou o depósito complementar de R\$6.522. Em 30 de setembro de 2014, em razão da probabilidade de perda provável, foi provisionado o valor de R\$30.920. Este valor atualizado para 31 de dezembro de 2019, incluindo o valor do depósito complementar de R\$6.522, é de R\$60.425 (R\$51.649 em 31 de dezembro de 2018), sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de "Contratos de concessão". A premissa de registro na rubrica de "Contrato de concessão" foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor será objeto de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente. (ii) A controlada direta Ecoporto Santos promoveu ação cautelar visando obter liminar para suspender os efeitos da decisão administrativa prolatada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), que considerou ofensiva à ordem econômica a cobrança do serviço de Segregação e Entrega de Contêineres. A cobrança estava sendo realizada até agosto de 2012 através de autorização judicial mediante depósito à disposição do Juízo de 1º Grau, sendo que a partir de uma publicação de decisão contrária ao Terminal, no mês de agosto de 2012, a Companhia decidiu suspender a cobrança, resguardando o direito de cobrá-la oportunamente. Em 07 de dezembro de 2017, por maioria de votos, foi negado provimento aos recursos de apelação apresentados pela União e pela Ecoporto Santos. Interpuseram Recurso Especial e Recurso Extraordinário, ambos pendentes de juízo de admissibilidade. Em 31 de dezembro de 2019, o valor provisionado é de R\$81.276 (R\$79.253 em 31 de dezembro de 2018). Para tal contingência foram efetuados depósitos judiciais e esses valores atualizados somam os mesmos valores da provisão constituída. (b) Processos trabalhistas: O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2019, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$60.434 (R\$84.125 em 31 de dezembro de 2018), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, onde o principal processo trabalhista trata-se do reconhecimento de vínculo empregatício de um prestador de serviços, este processo aguarda a realização de audiência, mas a controlada indireta Ecovia Caminho do Mar estima na classificação possível, portanto sem constituição de provisão. (c) Processos tributários: O valor provisionado corresponde, principalmente, a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos. Em 31 de dezembro de 2019, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R\$210.845 (R\$183.445 em 31 de dezembro de 2018), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão. O principal processo tributário é conforme segue: A principal causa possível, portanto, sem constituição de provisão, refere-se à exigência de IRPJ e CSLL sobre despesas de amortização de ativo gerado na aquisição de participação societária deduzidas pela Companhia entre os anos calendariais de 2010 a 2015. Em 14 de novembro de 2016, foi apresentada Impugnação ao AIMJ, julgada improcedente em 02 de agosto de 2018. Em 30 de agosto de 2018, foi apresentado Recurso Voluntário ao CARF, que foi julgado parcialmente procedente pelo CARF em 18 de setembro de 2019, sendo que o acordado ainda não foi publicado e poderá ser modificado por conta de Recurso Especial a ser apresentado pelo contribuinte. O valor correspondente a discussão, em 31 de dezembro de 2019 é de R\$129.821 (R\$128.386 em 31 de dezembro de 2018). Acerca das notícias veiculadas na mídia referentes à apuração de compra de medida provisória pela Operação Zelotes, a Companhia informa ter regularmente buscado defender o interesse institucional da Elog, empresa de logística à época integrante do grupo, de abrir o mercado de recintos alfandegados para livre concorrência com a realocação para áreas de maior demanda dessas serviços de logística. Em complemento, a Companhia informa que o escritório Spindola Palmeira e a empresa LBS Consultoria e Participações Ltda. foram contratados para elaboração de consultas e opiniões legais relativas a matérias tributárias e previdenciárias e para consultorias em questões aduaneiras e tributária. Em resposta ao Ministério Público Federal referente ao procedimento investigatório nº 1.16.000.002352/2018-1, a Companhia apresentou as informações solicitadas sobre as contratações com o escritório Spindola Palmeira e com a empresa LBS Consultoria e Participações.

**26. Patrimônio Líquido**

a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o capital social subscrito e integralizado de R\$360.900 está representado por 558.699.080 ações ordinárias sem valor nominal. b) **Capital autorizado:** Conforme o Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R\$2.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência. c) **Reserva de lucros - legal:** É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2019 o montante retido, à título de Reserva Legal é de R\$46.140 (R\$46.140 em 31 de dezembro de 2018). d) **Dividendos propostos:** Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não foram pagos valores a títulos de dividendos e juros sobre capital próprio.

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	374.510	374.510
Constituição da reserva legal	(18.725)	(18.725)
Base de cálculo dos dividendos	(1.854.60)	355.795
Dividendos intermediários pagos	-	158.964
Orçamento de Capital	-	196.821

e) **Ações em tesouraria:** O Conselho de Administração aprovou quatro programas de recompra de ações que ocorreriam sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, realocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da Companhia, como demonstrado a seguir:

	1º Programa	2º Programa	3º Programa	4º Programa
Data	31/08/2010	30/05/2012	05/06/2013	06/06/2014
Prazo	365 dias	365 dias	365 dias	365 dias
Quantidade de ações ordinárias em circulação no mercado	144.003.000	143.737.879	200.669.081	199.611.859
Quantidade máxima de ações ordinárias a serem adquiridas	4.000.000	1.500.000	1.700.000	2.400.000

A Companhia mantém em tesouraria 2.206.492 ações ordinárias calculadas com base na cotação de fechamento do último dia de pregão em 31 de dezembro de 2019, de R\$16,30 (R\$9,38 em 31 de dezembro de 2018). O valor total dessas ações, cujo cálculo tem como base a cotação de fechamento do pregão de 31 de dezembro de 2019, é de R\$35.956. A Companhia constituiu reserva para futura compra de ações para seu plano de opção com base em ações a empregados de R\$9.012, transferida para a rubrica "Reserva de capital", conforme determinado em Estatuto Social. f) **Participações dos acionistas não controladores:** A movimentação do exercício das participações dos acionistas não controladores está demonstrada a seguir:

	31/12/2018
Saldo no início do exercício	97.947
Participação nos lucros do exercício	7.625
Reserva de capital - plano de opções	3
Aquisição de participação Ecosul	(4.025)
Aquisição de participação Eco101	(99.395)
Aumento de capital	-
Pagamento de dividendos/Juros sobre capital próprio	(2.155)
Saldo no fim do exercício	3.198

**27. Receita Líquida - Consolidado**

**Política contábil:** Receitas: A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas com arrecadação de pedágio (a)	2.952.132	2.528.660
Receitas de construção (b)	1.007.724	653.066
Receitas portuárias (c)	390.167	355.416
Receitas acessórias (d)	87.631	95.021
Receitas logística (e)	24.256	-
Receitas de prestação de serviços intercompany (f)	-	1.850
Receita bruta total	4.461.910	3.634.013
Deduções de receita	(340.928)	(292.239)
Deduções do reconhecimento da receita (g)	(168.093)	(172.507)
Receita líquida	3.952.889	3.169.267

(a) As receitas de pedágio, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela pedágio. (b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no exercício em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues. (c) As receitas de portos são provenientes de operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos. As receitas auferidas pelas controladas diretas que atuam no Porto de Santos: Ecoporto Santos e Termares. (d) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros. (e) Refere-se às receitas auferidas pela Ecopató Logística Cubatão Ltda (vide Nota Explicativa nº 7.b), as operações desta empresa voltaram a ser consolidadas pela Companhia. (f) Referem-se à receita de prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas para as empresas do Grupo EcoRodovias. (g) Refere-se a contraprestação variável e abatimento por volume das despesas com vendas das controladas diretas Ecoporto e Termares, classificadas de acordo com o CPC47 Receita de Contratos com Clientes.

	31/12/2019	31/12/2018
Base de cálculo de impostos		
Receitas com arrecadação de pedágio	2.952.133	2.528.660
Receitas portuárias	390.167	355.416
Receitas logística	24.256	-
Receitas acessórias e intercompany	87.631	96.871
Deduções	3.454.187	2.980.947
Confin (i)	(137.076)	(119.748)
PIS (ii)	(29.706)	(25.952)
ISS (iii)	(173.551)	(146.362)
Outros - ICMS	(17)	(4)
Dedução do reconhecimento da receita	(168.093)	(172.507)
Abatimentos	(578)	(173)
	(509.021)	(464.746)

i. Alíquota para: concessionárias 3% e portos 7,6%. ii. Alíquota para: concessionárias 0,65% e portos 1,65%. iii. Alíquota de média de 5,0%.

**28. Custos e Despesas Operacionais - Por Natureza**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	40.599	21.123	407.989	321.581
Conservação e manutenção e outros	426	292	114.832	85.586
Serviços de terceiros (i)	31.503	14.317	240.158	186.384
Seguros	985	548	18.554	14.758
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 23)	-	-	68.217	61.183
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 21)	-	-	200.873	143.011
Custo de construção de obras	-	-	1.007.724	653.066
Depreciações e amortizações (Vide Nota explicativa nº 14 e 15)	587	664	567.505	433.569
Locação de imóveis, máquinas e empilhadeiras	1.495	1.069	23.477	33.404
Outros custos e despesas operacionais	1.622	1.316	100.891	66.644
	77.217	39.329	2.750.220	1.999.189
Classificados como:	-	-	2.449.007	1.780.016
Custo dos serviços prestados	-	-	301.213	219.173
Despesas gerais e administrativas	77.217	39.329	2.750.220	1.999.189

(i) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de consultoria, assessoria, fretes, limpeza, vigilância, ambulâncias, resgates e resmoções.

**29. Resultado Financeiro**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	3.244	6.033	148.303	140.389
Juros sobre Mútuos	2.900	3.939	-	-
Varição monetária - venda Elog S.A.	-	-	-	-
Varição monetária sobre debêntures	-	-	6.910	26.607
Varição monetária sobre direito de outorga (vide Nota Explicativa nº 23)	-	-	-	50
Atualização monetária de créditos fiscais	73	-	7.882	5.800
Varição cambial/monetária sobre empréstimos	-	-	13.573	15.596
Outras	5.353	5.567	10.827	18.509
	11.570	15.539	187.495	206.951
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	(71.452)	(12.855)	(470.136)	(396.989)
Cessão e assunção de dívida	(18.810)	(69.884)	-	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(100.231)	(52.880)
Varição monetária sobre debêntures	-	-	(104.312)	(122.113)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(7.054)	(522)	(19.599)	(13.347)
Varição monetária sobre direito de outorga	-	-	(120.378)	-
Ajuste a valor presente - provisão de manutenção e provisão de obras futuras	-	-	(39.072)	(31.329)
Varição cambial/monetária sobre empréstimos financiamentos	-	-	(18.921)	(33.228)
Juros sobre debêntures privadas	(2.698)	-	-	-
Juros capitalizados	-	-	56.247	27.680
Juros sobre mútuos	(10.535)	(31.332)	-	-
Pis/Confins sobre outras receitas financeiras	(596)	(1.224)	(15.233)	(22.353)
Atualização monetária sobre obrigações fiscais	(72)	(147)	(11.732)	(9.041)
Juros sobre arrendamentos - CPC06 (R2)	-	-	(11.880)	-
Outras	(1.549)	(205)	(32.320)	(14.095)
	(112.766)	(116.169)	(887.567)	(667.695)
Resultado financeiro, líquido	(101.196)	(100.630)	(700.072)	(460.744)

**30. Lucro/(Prejuízo) por Ação - Consolidado**

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro/(prejuízo) básico - resultado do exercício	(0,33)	0,67
Lucro/(prejuízo) diluído - resultado do exercício	(0,33)	0,66
Lucro/(prejuízo) básico - resultado de operações continuadas	(0,33)	0,72
Lucro/(prejuízo) diluído - resultado de operações continuadas	(0,33)	0,71

**a) Lucro/(prejuízo) básico por ação**

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro/(prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia	(185.460)	374.510
Lucro/(prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia de operações continuadas	(185.280)	400.640
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	558.699	558.699
Média ponderada das ações em tesouraria	(2.206)	(2.236)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	556.493	556.463
Lucro/(prejuízo) básico por ação - R\$	(0,33)	0,67
Lucro/(prejuízo) básico por ação de operações continuadas - R\$	(0,33)	0,72

**b) Lucro/(prejuízo) diluído**

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro/(prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia	(185.460)	374.510
Lucro/(prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia de operações continuadas	(185.280)	400.6



**Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e de 2018**

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Modalidade	Taxa de juros efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
BNDES - Eco101	TJLP + 3,84% a.a.	33.497	33.497	33.497	251.225
BNDES - Ecofonte	TJLP + 3,48% a.a.	7.811	7.811	7.811	75.502
BNDES - Ecofonte	TJLP + 3,48% a.a.	15.178	15.178	15.178	151.776
BNDES - Ecofonte	TJLP	155	155	155	1.555
BNDES - Ecofonte	TJLP + 3,48% a.a.	1.852	2.398	2.398	27.573
Finame - Ecoporto Santos	6,00% a.a.	1.147	-	-	-
Arrendamento Mercantil - ECO050	4,37% a.a.	550	94	-	-
BNDES - ECO050	TJLP + 2% a.a.	22.482	22.482	22.482	359.707
BDMG - ECO050	TJLP + 2% a.a.	8.958	8.958	8.958	143.328
CEF - FINISA - ECO050	TJLP + 2% a.a.	25.416	25.416	25.416	406.657
CEF - FDCO - ECO050	7,50% a.a.	17.748	17.141	16.552	165.239
		<b>3.864.025</b>	<b>1.311.301</b>	<b>1.421.152</b>	<b>5.366.555</b>

**Análise de sensibilidade**  
 Risco de variação nas taxas de juros  
 A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do exercício esteve em aberto durante todo o exercício.  
 A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP, do USD, do IPCA e do IGP-M, principais indicadores das debêntures e dos empréstimos e financiamentos, contratados pela Companhia e por suas controladas:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		cenário I provável	cenário II -25%	cenário III -50%
Juros de aplicações financeiras (a)	Alta do CDI	74.984	93.730	112.476
Juros sobre debêntures (a)	Alta do CDI	(347.588)	(382.313)	(416.890)
Juros sobre debêntures (b)	Alta do IPCA	(253.997)	(263.435)	(272.841)
Empréstimos e financiamentos (b)	Alta da IPCA	(4.216)	(6.166)	(8.461)
Juros sobre obrigações com Poder Concedente (b)	Alta da IPCA	(10.825)	(11.471)	(12.117)
Empréstimos e financiamentos (c)	Alta do TJLP	(100.464)	(132.468)	(168.253)
Juros a incorrer, líquidos		(642.106)	(702.123)	(766.086)

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	4,4%	5,50%	6,6%
IPCA (b)	4,2%	5,3%	6,3%
TJLP (c)	6,0%	7,5%	9,0%

Fonte: Relatório da Consultoria 4E - Dezembro/2019.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

**32. Informações por Segmento - Consolidado**

Os segmentos operacionais da Companhia são reportados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais ("Chief Operating Decision-Maker - CODM"). Para fins de avaliação de desempenho é analisado o conjunto de informações dos segmentos e alocação de recursos. A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em: a) **Concessões**: O modal rodoviário é o mais extenso e desenvolvido dos modais de transporte do País. As concessões rodoviárias integram grandes centros industriais, de produção, de consumo e de turismo nacionais, bem como os três maiores portos do Brasil (Santos, Paranaguá e Rio Grande), além de darem acesso a outros países do Mercosul. Dentro desse segmento são apresentadas as seguintes concessionárias: Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul, Concessionária das Rodovias Aryton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocatataras, ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., Concessionária Ponte Rio Niterói S.A. - Ecofonte e Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel, Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. e Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A. (Eco050). b) **Holding e serviços**: Esse segmento apresenta as empresas EIL01, EIL02, EIL03, EIL04 e Argovias Participações e as "Holdings" Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., "Holding" do segmento de concessionárias e a controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. c) **Portos**: Esse segmento compreende as operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos, portanto, nesse segmento são apresentadas as empresas Ecoporto Santos S.A., Termarés - Terminais Marítimos Especializados Ltda. d) **Logística**: A Companhia detém 100% de participação no Ecopátio Logística Cubatão Ltda, que tem como objeto administrar o terminal intermodal e regular o fluxo de caminhões de cargas com destino ao Porto de Santos. Conforme Nota Explicativa nº 7.b), o Ecopátio voltou a ser consolidado a partir de 01 de janeiro de 2019. A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma:

	31/12/2019	31/12/2018
Concessões rodoviárias	91,3%	91,1%
"Holding" e serviços	4,3%	4,0%
Portos	3,9%	4,9%
Logística	0,5%	-

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais líquidas, no lucro líquido do exercício e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. Nas tabelas a seguir há informação financeira (combinadas) sumarizada relacionada aos segmentos para 31 de dezembro de 2019. Os valores fornecidos ao Comitê Executivo com relação ao resultado e ao total de ativos são consistentes com os saldos registrados nas demonstrações financeiras (combinadas), bem como as práticas contábeis aplicadas:

**Conselho de Administração**

Membros Efetivos	Comitê de Auditoria
Marco Antonio Cassou (CRA) - <b>Presidente</b> Cesar Beltrão de Almeida (CRA) João Alberto Gomes Bernacchio (CRA) Beniamino Gavio (Gavio) - <b>Vice-Presidente</b> Alberto Rubegni (Gavio) Juan Angoitia (Gavio) Ricardo Baldin (independente) Jorge Fergie (independente) Ricardo Bisordi (independente)	Ricardo Baldin (Coordenador) João Alberto G. Bernacchio Alberto Pernigotti
Membros Suplentes	Comitê de Gestão de Pessoas e Governança
Eros Gradowski Junior (CR Almeida) Umberto Tosoni (Gavio) Luis Miguel Santos (Gavio)	Jorge Fergie (Coordenador) Marco Antonio Cassou Alberto Rubegni
	Comitê de Investimentos, Finanças e Riscos
	Ricardo Bisordi (Coordenador) Marco Antonio Cassou Alberto Rubegni

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas**

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.**

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - "IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase**

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 24 e) e f) às demonstrações financeiras, na qual a Companhia descreve a natureza, estágio e potenciais consequências acerca de determinados inquéritos que encontram-se em andamento.

**Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

a) Reconhecimento da receita de arrecadação de pedágio  
 A receita proveniente de arrecadação de pedágio é decorrente dos termos e das condições estabelecidos nos contratos de concessões rodoviárias, os quais determinam que "a concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível) que será explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários". Anualmente, as tarifas dos pedágios são reajustadas de acordo com os contratos de concessão, o que impacta diretamente a receita de cada concessionária com base no tráfego das rodovias. Os sistemas de arrecadação de pedágio são utilizados para a mensuração e cobrança das passagens de veículos, através das vias manuais (cobrança em espécie nas cabines de pedágio) e das vias automáticas (abertura automática da cancela do pedágio em decorrência da leitura do dispositivo eletrônico de identificação ("tag") fixado no interior dos veículos, além da leitura da quantidade de eixos de cada veículo passante, e a coerência entre o número de eixos cadastrados no "tag" e o número de eixos reais do veículo passante). Considerando esse contexto, identificamos o reconhecimento de receitas provenientes de arrecadação de pedágio como um assunto significativo que exigiu consideração especial de auditoria.

Nossos principais procedimentos de auditoria visando confirmar o adequado reconhecimento das receitas provenientes de arrecadação de pedágio incluíram, entre outros: (i) entendimento dos controles internos desenhados pela Companhia e relevantes para captura, processamento e reconhecimento de receitas de arrecadação; (ii) envolvimento de nossos especialistas em auditoria de sistemas para aplicação de testes nos controles automatizados utilizados pela Companhia e suas controladas; (iii) recálculo das receitas de arrecadação de pedágio com base nos relatórios de tráfego extraídos do sistema de arrecadação e com base nas tarifas de pedágio vigentes; e (iv) avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados, consideramos que a receita reconhecida proveniente de arrecadação de pedágio é aceitável no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 tomadas em conjunto.

b) Avaliação do risco Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados à concessão  
 Conforme descrito nas notas explicativas 3b) e 15, a Companhia avalia anualmente, a existência ou não, de indicativos de riscos de valor recuperável para seus ativos intangíveis de vida útil definida (ativos das concessões). As avaliações compreendem as estimativas relacionadas a fatores internos e externos que podem afetar os ativos e requerem grau significativo de julgamento por parte da Administração. Por essa razão consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. Dessa forma, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a utilização de especialistas em avaliação econômico financeira, avaliação da razoabilidade das premissas e das metodologias usadas pela Companhia, em especial aquelas que se referem aos indicadores crescimento previsto da receita decorrente de arrecadação de pedágio, que pode ser impactado pela redução ou pelo crescimento econômico, pelas taxas de inflação esperadas, pela evolução demográfica, pelo volume de tráfego de veículos, entre outras premissas observáveis de mercado e indicadores econômicos associados às concessões da Companhia.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que as avaliações relacionadas aos indicadores de risco de redução de ativos ao seu valor recuperável, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

c) Capitalização de gastos no ativo intangível das concessões  
 Os contratos de concessões rodoviárias representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela norma contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nas condições previstas em contrato.

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que as capitalizações no ativo intangível da concessão envolvem a utilização de premissas e julgamentos e a manutenção de controles por parte das administrações das concessões de rodovias, já que essas capitalizações podem não estar de acordo com as obrigações previstas no contrato de concessão e, quando previstas, podem ser registradas por valores incorretos ou indevidamente capitalizadas.

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle desses ativos incluíram, entre outros: (i) a avaliação da adequação das políticas de capitalização de ativo intangível de concessões das investidas; (ii) a realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível de concessões, incluindo validações com a área de engenharia das medições realizadas de acordo com o andamento das obras, confronto com os contratos de prestação de serviços e/ou notas fiscais relacionadas; e (iii) a avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessões, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessão. Adicionalmente, avaliamos as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre teste de capitalização de gastos no ativo intangível de concessões, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de capitalização dos gastos, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessões para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

	31/12/2019					
	Concessões Rodoviárias	Portos	Logística	Holding e serviços	Eliminações	Consolidado
<b>Balanco Patrimonial</b>	<b>9.176.608</b>	<b>753.239</b>	<b>73.887</b>	<b>7.417.305</b>	<b>(5.878.586)</b>	<b>11.542.453</b>
Ativo	1.422.050	44.392	9.147	1.049.448	(170.415)	2.354.622
Ativo circulante	7.754.558	708.847	64.740	6.367.857	(5.708.171)	9.187.831
Ativo não circulante	9.176.608	753.239	73.887	7.417.305	(5.878.586)	11.542.453
Passivo	1.541.513	266.488	1.636	2.369.097	(170.415)	4.008.319
Passivo circulante	4.767.255	116.837	1.598	3.053.399	(860.306)	7.078.783
Passivo não circulante	2.867.840	369.914	70.653	1.994.809	(4.847.865)	455.351

	31/12/2019					
	Concessões Rodoviárias	Portos	Logística	Holding e serviços	Eliminações	Consolidado
<b>Resultado</b>	<b>3.780.263</b>	<b>167.840</b>	<b>20.845</b>	<b>179.501</b>	<b>(195.200)</b>	<b>3.952.889</b>
Receita líquida	(2.278.760)	(141.280)	(19.428)	(114.148)	104.609	(2.449.007)
Custo dos serviços prestados	1.501.503	26.200	1.417	65.353	(90.591)	1.503.882
Lucro bruto	(158.868)	(52.955)	(4.515)	(148.807)	63.932	(301.213)
Despesas gerais e administrativas	-	-	-	(22.294)	-	22.294
Amortização de investimentos	(375.077)	54.076	(38.476)	(85.322)	37.816	(406.983)
Outras receitas/despesas	-	-	-	331.625	(331.615)	10
Equivalência patrimonial	967.558	27.321	(41.574)	140.555	(298.164)	795.696
Resultado financeiro	(404.286)	(28.103)	283	(267.965)	-	(700.071)
Lucro/(prejuízo) operacional antes dos impostos	563.272	(782)	(41.291)	(127.410)	(298.164)	95.625
Imposto de renda e contribuição social	(324.426)	2.367	(984)	42.139	-	(280.904)
Resultado das operações continuadas	238.846	1.585	(42.275)	(85.271)	(298.164)	(185.279)
Resultado das operações descontinuadas	-	-	-	(180)	-	(180)
Resultado do exercício	238.846	1.585	(42.275)	(85.451)	(298.164)	(185.459)

	31/12/2018					
	Concessões Rodoviárias	Portos	Ecopátio	Holding e serviços	Eliminações	Consolidado
Ativo	7.738.175	795.371	80.502	6.703.161	(5.281.127)	10.036.082
Ativo circulante	1.802.155	63.444	7.718	1.487.284	(345.046)	3.015.555
Ativo não circulante	5.936.020	731.927	72.784	5.215.877	(4.936.081)	7.020.527
Passivo e patrimônio líquido	7.738.175	795.371	80.502	6.703.161	(5.281.127)	10.036.082
Passivo circulante	1.109.897	217.925	3.816	954.920	(270.604)	2.015.954
Passivo não circulante	4.890.153	228.317	2.243	3.962.489	(1.703.393)	7.379.809
Patrimônio líquido	1.738.125	349.129	74.443	1.785.752	(3.307.130)	640.319

	31/12/2018					
	Concessões Rodoviárias	Portos	Ecopátio	Holding e serviços	Eliminações	Consolidado
<b>Resultado</b>	<b>3.047.876</b>	<b>134.166</b>	<b>25.747</b>	<b>164.542</b>	<b>(178.139)</b>	<b>3.194.192</b>
Receita líquida	(1.665.383)	(113.737)	(31.436)	(101.571)	112.813	(1.799.314)
Custo dos serviços prestados	1.382.493	20.429	(5.689)	62.971	(65.326)	1.394.878
Lucro bruto	(140.338)	(38.989)	(9.365)	(99.987)	60.963	(227.716)
Despesas gerais e administrativas	-	-	-	(17.183)	17.183	-
Amortização de investimentos	2.929	11.280	5	613	(630)	14.197
Outras receitas/despesas	-	-	-	1.209.297	(1.209.263)	34
Equivalência patrimonial	1.245.084	(7.280)	(15.049)	1.155.711	(1.197.073)	1.181.393
Resultado financeiro	(251.518)	(29.721)	(445)	(179.505)	(15.076)	(476.265)
Lucro/(prejuízo) operacional antes dos impostos	993.566	(37.001)	(15.494)	976.206	(1.212.149)	705.128
Imposto de renda e contribuição social	(326.325)	494	70	2.911	999	(321.851)
Resultado do exercício das operações continuadas	667.241	(36.507)	(15.424)	979.117	(1.211.150)	383.277
Resultado das operações descontinuadas	-	-	2.114	(18.505)	-	(16.391)
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	667.241	(36.507)	(13.310)	960.612	(1.211.150)	366.886
Resultado dos acionistas não controladores	-	-	-	-	7.623	7.623
Resultado dos acionistas controladores	667.241	(36.507)	(13.310)	960.612	(1.218.773)	359.263

**33. Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Consolidado**

a) Caixa e equivalentes de caixa: A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº 8. b) Informações suplementares: As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa. c) Efeitos não caixa: A controlada indireta Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., registrou o valor de R\$55.696 referente à realização de AVP e atualização monetária, capitalizados até 01 de abril de 2019 (início da cobrança de pedágio), conforme Nota Explicativa nº 23.

**34. Eventos Subsequentes**

Em 26 de janeiro de 2020, a controladora indireta Ecovias do Cerrado S.A. assinou com a Agência Nacional Terrestre - ANTT o termo de Arrolamento e Transferência de Bens, oficializando nesta data a concessão dos 437 quilômetros das rodovias federais BR-364 e BR-365 que liga Jataí (GO) à Uberlândia (MG). Conforme descrito na Nota Explicativa nº 12 Depósitos Judiciais, em 10 de fevereiro de 2020, ocorreu o desbloqueio parcial de R\$ 180.476 da ação do Ministério Público Federal do Paraná das controladas indiretas Ecovia e Ecocatataras.

**Conselho Fiscal**

Membros Efetivos	Membros Suplentes
Luis Alberto de Castro Falleiros Paulo Sergio Aldrighi Sergio Tuffly Sayeg (Coordenador)	Ângelo Cesar Cossi Eduardo Georges Chehab José Dimas
Diretoria	
<p><b>Diretor Presidente</b> - Vago  <b>Diretor Executivo de Negócios Rodoviários</b> - Nicoló Caffo  <b>Diretor Executivo de Negócios Logísticos</b> - Vago  <b>Diretor Executivo Desenvolvimento de Negócios</b> - Vago  <b>Diretor Executivo de Finanças</b> - Marcello Guidotti  <b>Diretor Executivo de Relação com Investidores</b> - Marcello Guidotti  <b>Diretor Executivo Gestão de Pessoas</b> - Marcello Guidotti  <b>Diretor Executivo Jurídico</b> - Marcelo Lucon</p> </	